



**Stone Instituição de
Pagamento S.A.**

**Demonstrações Financeiras de 31 de
dezembro de 2024**

com relatório do Auditor Independente

Stone Instituição de Pagamento S.A.

Demonstrações financeiras Individuais

31 de dezembro de 2024

Índice

Relatório da administração	2
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	4
Balanço patrimonial	9
Demonstração do resultado	11
Demonstração do resultado abrangente	12
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	13
Demonstração dos fluxos de caixa	15
Notas explicativas às demonstrações financeiras	16

Relatório da administração

Senhores Acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da Stone Instituição de Pagamento S.A. ("Stone IP" ou "Companhia") relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 e ao semestre findo em 31 de dezembro de 2024.

Mensagem da Administração

Nosso negócio demonstrou forte crescimento no ano 2024, em conjunto com evolução positiva da rentabilidade. Nosso TPV transacionado (considera transações realizadas por cartões e PIX QR Code) atingiu R\$ 516,2 bilhões em 2024 crescendo 17,8% em relação ao ano anterior, enquanto o volume transacionado no nosso core de microempreendedores e PMEs cresceu 22% no mesmo período.

Além disso, atingimos 4,17 milhões de clientes ativos em pagamentos, dos quais 4,12 milhões são representados por clientes do nosso core.

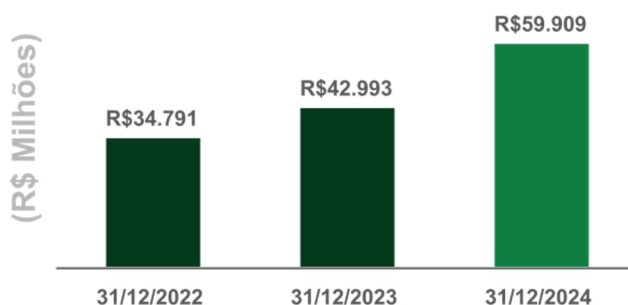
O engajamento dos clientes com nossas soluções continua aumentando consistentemente. O número de contas digitais ativas de banking foi de aproximadamente 3,1 milhões, crescendo 46,1% em relação a 2023 levando nossos depósitos a crescerem 42,2% no mesmo período, atingindo R\$ 8,7 bilhões.

Acreditamos que estamos bem-posicionados para executar nossa estratégia, e continuar crescendo com evolução da margem. Continuamos comprometidos em ajudar nossos lojistas com as diversas necessidades que eles têm, ajudando-os a serem mais produtivos e venderem mais.

Nas seções a seguir, fornecemos alguns detalhes sobre a evolução de nossos negócios.

Total de ativos

Em 31 de dezembro de 2024, os ativos totalizaram R\$ 60 bilhões, apresentando um aumento de 39,3% em relação ao total de ativos em 31 de dezembro de 2023, no montante de R\$ 43 bilhões.

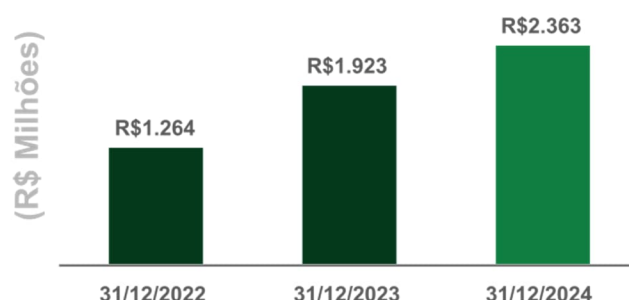


Destacamos abaixo as principais movimentações no total de ativos:

- **Contas a receber de emissores:** O principal ativo da Stone IP refere-se a valores a receber de bancos emissores de cartões, decorrente das transações realizadas com cartões de crédito e débito. O saldo das contas a receber de emissores, incluindo aquelas que foram cedidas com retenção de riscos e benefícios, totalizou R\$ 29 bilhões em 31 de dezembro de 2024, representando um aumento de 26,1% em relação ao saldo de R\$ 23 bilhões em 31 de dezembro de 2023.
- **Títulos e valores mobiliários:** O saldo de títulos e valores mobiliários passou de R\$ 6 bilhões em 31 de dezembro de 2023, para R\$ 13 bilhões em 31 de dezembro de 2024, um aumento de 117%.
- **Depósitos no Banco Central:** O saldo de depósitos no Banco Central refere-se à exigência feita pela Resolução BCB nº 80/21, de aplicar o saldo de moeda eletrônica em depósitos em moeda eletrônica no BACEN. O saldo passou de R\$ 7 bilhões em 31 de dezembro de 2023, para R\$ 10 bilhões em 31 de dezembro de 2024, um aumento de 42,9%.

Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2024, o patrimônio líquido totalizou R\$ 2,4 bilhões, representando um aumento de R\$ 0,4 bilhão em relação ao patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2023, no montante de R\$ 1,9 bilhões.



Resultado

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Stone IP apresentou um lucro de R\$ 92 milhões.

Destacamos abaixo os principais impactos no resultado:

- **Receitas:** As receitas operacionais, que contemplam serviços de transações de pagamento, aluguel de equipamentos e antecipação de obrigações por transações de pagamento, totalizaram R\$ 4.643 milhões, líquido de impostos, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, uma diminuição de 9,3% em relação ao total de R\$ 5.116 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.
- **Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários:** O aumento do resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários em 43,4%, de R\$ 2.229 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, para R\$ 2.714 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, deve-se principalmente ao aumento da carteira e valorização de cotas subordinadas em fundos de investimentos em direitos creditórios.
- **Imposto de renda e contribuição social:** Em 31 de dezembro de 2024, o imposto de renda e contribuição social totalizaram R\$ 276 milhões, impactando positivamente o resultado do exercício. No mesmo período em 2023, houve um impacto negativo de R\$ 132 milhões. A variação é explicada, principalmente, pela distribuição de juros sobre o capital próprio realizada em 2024, além do aumento no resultado de participação em controladas, que contribuiu positivamente para a redução da despesa tributária no período.

A Administração.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas da
Stone Instituição de Pagamento S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Stone Instituição de Pagamento S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira Stone Instituição de Pagamento S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Reconhecimento das receitas operacionais e registro dos valores de contas a receber de emissores

Conforme divulgado nas notas explicativas nº 3.1.1, nº 6.2 e nº 21, as principais receitas operacionais da Companhia são decorrentes, principalmente: (i) da captura, transmissão, processamento e liquidação financeira das transações realizadas com cartões de crédito e débito, as quais são apropriadas ao resultado da Companhia, líquidas de taxas de repasse aos bancos emissores e às bandeiras, na data do processamento das transações, (ii) das rendas de aluguel de equipamentos, representadas pelo montante recebidos dos estabelecimentos credenciados ao sistema da Companhia, a título de aluguel, pela disponibilização dos equipamentos de captura das transações com cartões e (iii) das rendas pelas antecipações de recebíveis aos estabelecimentos credenciados, mensuradas pela diferença entre o valor original a pagar aos estabelecimentos e o valor efetivamente antecipado. Em 31 de dezembro de 2024, a receita líquida de serviços de transações de pagamentos e outros serviços totalizou R\$ 1.947.715 mil, a receita líquida de aluguel de equipamentos totalizou R\$ 412.933 mil e a receita líquida por antecipações de obrigações de transações de pagamentos totalizou R\$ 2.282.301 mil. O saldo de contas a receber de emissores totalizou R\$ 26.402.246 mil. Em razão da relevância do reconhecimento de receitas operacionais e registro dos valores de contas a receber de emissores, consideramos essa área como principal assunto de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, os seguintes procedimentos: (i) testes documentais relacionados ao processo de registro e monitoramento dos saldos de balanços patrimoniais e de resultado relacionados às transações incorridas (captura, autorização, processamento, serviços de liquidação fornecidos pelas redes do sistema de pagamento e emissores de cartões, pré-pagamentos ao clientes de seus recebíveis parcelados e do resultado apurado com as antecipações de recebíveis aos estabelecimentos credenciados) levando em consideração aspectos de relevância e imprevisibilidade em nossa amostragem; (ii) testes de valorização do montante da receita a ser reconhecida como um percentual do valor total da transação; (iii) testes documentais relacionados ao processo de registro da receita de aluguel de equipamentos (valorização, liquidação e contabilização); e (iv) a avaliação das divulgações nas demonstrações financeiras, incluídas nas notas explicativas nº 3.1.1, nº 6.2 e nº 21.

Baseado no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o processo de reconhecimento das receitas operacionais e registro dos valores de contas a receber de emissores, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela diretoria, assim como a respectiva divulgação das notas explicativas nº 3.1.1, nº 6.2 e nº 21, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da diretoria pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras tomadas em conjunto estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



Shape the future
with confidence

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 28 de março de 2025.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP-034519/O

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Wanderley'.

Wanderley Fernandes de Carvalho Neto
Contador CRC-SP300534/O

Stone Instituição de Pagamento S.A.

Balanço Patrimonial
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)



	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Ativo			
Circulante		56.055.646	39.633.760
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.192.464	2.721.844
Disponibilidades		3.192.464	2.721.844
Instrumentos financeiros		52.241.108	36.503.209
Títulos e valores mobiliários	5.2	13.159.029	6.117.603
Instrumentos financeiros derivativos	5.3	105.250	33
Contas a receber de emissores	6	26.311.444	23.321.400
Contas a receber de emissores vinculadas a cessão	7	2.635.166	—
Depósitos no Banco Central	8	9.921.432	6.951.904
Rendas a receber	9	126.338	130.852
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	11	(39.719)	(56.465)
Outros ativos diversos	10.1	22.168	37.882
Outros créditos		622.074	408.707
Despesas antecipadas	12	134.381	188.965
Impostos e contribuições a compensar		105.193	87.509
Imposto de renda a recuperar	13.4	334.831	81.523
Outros ativos diversos	10.2	47.669	50.710
Não circulante		3.853.846	3.359.213
Realizável a longo prazo		1.010.198	658.192
Instrumentos financeiros		233.720	117.674
Instrumentos financeiros derivativos		73.325	—
Contas a receber de emissores	6	116.245	81.597
Rendas a receber	9	17.626	13.647
Outros ativos diversos	10.1	26.524	22.430
Outros créditos		776.478	540.518
Despesas antecipadas	12	46.198	46.828
Ativos fiscais diferidos	13.3	725.097	486.693
Outros ativos diversos	10.2	5.183	6.997
Investimentos	14	1.977.880	1.793.356
Participações em coligadas e controladas		1.969.089	1.781.427
Ágio na aquisição de investimentos		8.791	11.929
Imobilizado de uso	15	799.838	628.810
Instalações, móveis e equipamentos de uso		1.681.837	1.398.542
(-) Depreciação acumulada		(881.999)	(769.732)
Intangível	16	65.930	278.855
Ativos intangíveis		166.624	452.266
(-) Amortização acumulada		(100.694)	(173.411)
TOTAL DO ATIVO		59.909.492	42.992.973

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Stone Instituição de Pagamento S.A.

Balanço Patrimonial
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)



	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Passivo			
Circulante		55.414.417	40.673.681
Depósitos e demais instrumentos financeiros		54.860.971	40.027.765
Depósitos de clientes	8	9.495.669	6.386.893
Instrumentos financeiros derivativos	5.3	—	29
Obrigações por empréstimos	17.1	7.318.892	1.380.110
Contas a pagar a estabelecimentos	18	20.230.682	21.471.161
Obrigações vinculadas a sub-rogação	31	14.904.335	10.542.544
Obrigações vinculadas a cessão	7	2.568.140	—
Outros passivos	19.3	343.253	247.028
Outras obrigações		553.446	645.916
Obrigações sociais e estatutárias	19.1	115.376	236.140
Provisão para pagamentos a efetuar	19.5	278.098	256.849
Impostos e contribuições a recolher	19.2	159.545	152.858
Outros passivos		427	69
Não circulante		2.132.233	396.335
Instrumentos financeiros		1.824.895	77.875
Instrumentos financeiros derivativos	5.3	281.177	—
Obrigações por empréstimos	17	1.329.837	—
Contas a pagar a estabelecimentos	18	36.730	24.705
Outros passivos	19.3	177.151	53.170
Outras obrigações		307.338	318.460
Obrigações sociais e estatutárias	19.1	5.317	5.317
Provisão para pagamentos a efetuar	19.5	21.325	21.621
Obrigações fiscais diferidas	13.2	180.321	225.720
Provisão para contingências	19.4	100.375	65.802
Patrimônio líquido		2.362.842	1.922.957
Capital social	20.1	1.389.445	1.069.445
Reserva de capital	20.2	628.553	438.122
Reserva legal	20.3	73.179	68.603
Reserva de lucros	20.4	402.585	465.449
Outros resultados abrangentes	20.6	(130.920)	(118.662)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		59.909.492	42.992.973

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Stone Instituição de Pagamento S.A.

Demonstração dos resultados

Semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	Nota	Semestre findo em 31/12/2024	Exercício findo em 31/12/2024	Exercício findo em 31/12/2023
Receitas operacionais	21	2.349.186	4.642.949	5.116.331
Receita líquida de serviços de transações de pagamento e outros serviços		1.011.598	1.947.715	1.805.857
Receita líquida de aluguel de equipamentos		211.881	412.933	397.580
Receita líquida por antecipação de obrigações de transações de pagamento		1.125.707	2.282.301	2.912.894
Resultado bruto da intermediação financeira		(743.914)	(889.031)	(1.245.692)
Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários	22	1.287.110	2.713.711	2.228.920
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	5.3	(93.971)	(69.048)	(14.094)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	23	(1.433.512)	(2.875.566)	(3.276.853)
Despesas com operações de empréstimos	17	(503.541)	(658.128)	(183.665)
Outras receitas (despesas) operacionais		(2.068.384)	(3.967.331)	(3.305.443)
Custo dos serviços prestados	24	(660.298)	(1.135.551)	(748.741)
Despesas de pessoal	25	(760.636)	(1.546.424)	(1.348.313)
Despesas administrativas	26	(292.105)	(608.912)	(537.442)
Depreciação e amortização	14/15/16	(165.908)	(332.485)	(331.922)
Despesas (reversões) de provisões	27	(22.782)	(47.692)	(50.502)
Outras receitas operacionais	28	20.939	64.687	23.764
Outras despesas operacionais	29	(187.594)	(360.954)	(312.287)
Resultado operacional		(463.112)	(213.413)	565.196
Resultado de participação em controladas	14	148.542	139.795	20.775
Resultado não operacional	30	2.077	3.855	(42.377)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		(312.493)	(69.763)	543.594
Imposto de renda e contribuição social	13	292.131	226.621	(132.421)
Imposto de renda e contribuição social correntes		(23)	(48.998)	(67.070)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		292.154	275.619	(65.351)
Participações no lucro		(27.151)	(65.346)	(38.467)
Lucro (prejuízo) líquido do período		(47.513)	91.512	372.706
Lucro líquido por ação (R\$)		—	0,26	1,05

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Stone Instituição de Pagamento S.A.

Demonstração dos resultados abrangentes

Semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	Nota	Semestre findo em 31/12/2024	Exercício findo em 31/12/2024	Exercício findo em 31/12/2023
Lucro (prejuízo) líquido do período		(47.513)	91.512	372.706
Outros resultados abrangentes		(10.575)	(12.258)	4
Itens que serão reclassificados para o resultado		(10.575)	(12.258)	4
Ganho (perda) não realizada de hedge de fluxo de caixa - transação altamente provável	5.3.1	(16.023)	(18.573)	—
Efeito tributário sobre item acima		5.448	6.315	—
Mudança na participação relativa de controlada		—	—	4
Resultado abrangente do período		(58.088)	79.254	372.710

Stone Instituição de Pagamento S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	Nota	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022		869.445	263.209	49.969	199.895	(118.658)	—	1.263.860
Aumento de capital	20.1	200.000	—	—	—	—	—	200.000
Pagamento baseado em ações		—	136.785	—	—	—	—	136.785
Efeito reflexo de pagamento baseado em ações de controladas		—	38.128	—	—	—	—	38.128
Ganho (perda) não realizada de hedge de fluxo de caixa - transação altamente provável, líquida de impostos		—	—	—	—	(4)	—	(4)
Lucro líquido do período		—	—	—	—	—	372.706	372.706
Destinação do lucro líquido do período								
Reserva legal	20.3	—	—	18.634	—	—	(18.634)	—
Dividendos mínimos obrigatórios		—	—	—	—	—	(88.518)	(88.518)
Reservas de lucros	20.4	—	—	—	265.554	—	(265.554)	—
Saldos em 31 de dezembro de 2023		1.069.445	438.122	68.603	465.449	(118.662)	—	1.922.957
Saldos em 30 de junho de 2024		1.069.445	576.376	75.554	596.203	(120.345)	—	2.197.233
Aumento de capital		320.000	—	—	—	—	—	320.000
Pagamento baseado em ações		—	43.690	—	—	—	—	43.690
Efeito reflexo de pagamento baseado em ações de controladas		—	8.487	—	—	—	—	8.487
Ganho (perda) não realizada de hedge de fluxo de caixa - transação altamente provável, líquida de impostos		—	—	—	—	(10.575)	—	(10.575)
Prejuízo do semestre		—	—	—	—	—	(47.513)	(47.513)
Absorção do prejuízo do semestre		—	—	—	(47.513)	—	47.513	—
Reversão de distribuição do 1º semestre								
Reserva legal		—	—	(2.375)	2.375	—	—	—
Dividendos mínimos obrigatórios		—	—	—	1.320	—	—	1.320
Juros sobre o capital próprio		—	—	—	(149.800)	—	—	(149.800)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		1.389.445	628.553	73.179	402.585	(130.920)	—	2.362.842

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Stone Instituição de Pagamento S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	Nota	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023		1.069.445	438.122	68.603	465.449	(118.662)	—	1.922.957
Aumento de capital	20.1	320.000	—	—	—	—	—	320.000
Pagamento baseado em ações		—	164.457	—	—	—	—	164.457
Efeito reflexo de pagamento baseado em ações de controladas	33.4	—	25.974	—	—	—	—	25.974
Ganho (perda) não realizada de hedge de fluxo de caixa - transação altamente provável, líquida de impostos	5.3	—	—	—	—	(12.258)	—	(12.258)
Lucro líquido do exercício		—	—	—	—	—	91.512	91.512
Destinação do lucro líquido do período								
Reserva legal	20.3	—	—	4.576	—	—	(4.576)	—
Reservas de lucros	20.4	—	—	—	86.936	—	(86.936)	—
Juros sobre o capital próprio	20.5	—	—	—	(149.800)	—	—	(149.800)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		1.389.445	628.553	73.179	402.585	(130.920)	—	2.362.842

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Stone Instituição de Pagamento S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

Semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	Nota	Semestre findo em 31/12/2024	Exercício findo em 31/12/2024	Exercício findo em 31/12/2023
Lucro (prejuízo) líquido do período		(47.513)	91.512	372.706
Ajustes ao lucro líquido:		(918.197)	(1.846.900)	(1.378.889)
Depreciação e amortização	14/15/16	165.908	332.485	331.922
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13.1	(292.154)	(275.619)	65.351
Resultado de participação em controladas e coligadas	14	(148.542)	(139.795)	(20.775)
Receitas financeiras, líquidas		(1.005.335)	(2.343.998)	(2.047.858)
Provisão para contingências	19.4	19.610	54.085	56.816
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	11.3	15.489	24.350	50.307
Provisão (reversão) para perdas operacionais	26	(12.317)	(30.743)	(56.621)
Perda na baixa e alienação de bens	31.1	32.340	78.832	104.997
Ajuste a valor justo de título e valores mobiliários e derivativos		263.114	289.046	187
Pagamento baseado em ações	20.2	43.690	164.457	136.785
Variações nos ativos e passivos		(4.936.690)	(4.309.594)	4.059.311
Títulos e valores mobiliários		(4.256.070)	(4.188.466)	2.028.616
Instrumentos financeiros derivativos		(138.166)	(186.440)	—
Contas a receber de emissores		(731.246)	(486.468)	(643.726)
Contas a receber de emissores vinculadas a cessão		174.149	(2.297.825)	1.198.669
Rendas a receber		(6.402)	535	8.474
Outros créditos diversos		(403.749)	(428.809)	14.116
Despesas antecipadas		(16.692)	55.214	45.511
Contas a pagar a estabelecimentos		(588.102)	(2.408.977)	(451.253)
Obrigações sociais e estatutárias		(37.776)	(120.765)	77.026
Impostos e contribuições a recolher		193.076	196.732	190.802
Obrigações vinculadas a cessão		14.245	2.568.140	(1.098.758)
Obrigações vinculadas a sub-rogação		2.087.970	4.361.791	3.133.406
Dividendos a pagar		—	—	(88.518)
Outros passivos diversos		339.747	532.049	133.267
Juros pagos	17.1	(78.136)	(158.080)	(246.409)
Cessão de recebíveis		(1.433.512)	(2.875.566)	(3.276.854)
Juros recebidos		(32.477)	1.180.522	3.054.949
Imposto de renda e contribuição social pagos		(23.549)	(53.181)	(20.007)
Caixa líquido das atividades operacionais		(5.902.400)	(6.064.982)	3.053.128
Aquisição de imobilizado	31.1	(329.270)	(525.966)	(314.483)
Valor recebido pela venda de imobilizado	31.1	5.821	20.778	7.318
Aquisição de ativos intangíveis	31.1	(102.086)	(247.316)	(206.786)
Baixa por transferência de ativos intangíveis	31.1	365.867	365.867	—
Redução (aumento) capital em subsidiária	14	—	(23.241)	(46.000)
Caixa líquido das atividades de investimento		(59.668)	(409.878)	(559.951)
Captação de empréstimos	17	6.820.705	9.628.580	4.144.887
Pagamento de empréstimos	17	(1.290.009)	(2.860.009)	(4.488.000)
Integralização de capital	20.1	320.000	320.000	200.000
Juros sobre capital próprio pagos	20.5	(149.800)	(149.800)	—
Caixa líquido das atividades de financiamento		5.700.896	6.938.771	(143.113)
Variação cambial de caixa e equivalentes de caixa		3.825	6.709	(5.224)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		(257.347)	470.620	2.344.840
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	4	3.449.811	2.721.844	377.004
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	4	3.192.464	3.192.464	2.721.844
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		(257.347)	470.620	2.344.840

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

1. Contexto operacional

A Stone Instituição de Pagamento S.A. ("Companhia" ou "Stone IP") com sede em São Paulo, Av. Rebouças, nº 2880, 4º andar, sala 3, CEP 05402-500, foi constituída em 01 de junho de 2012. A Companhia tem como atividade principal a prestação de serviços para aceitação de cartões de crédito e débito em estabelecimentos comerciais e seu modelo de negócio compreende o credenciamento, instalação e manutenção de terminais eletrônicos para a captura, processamento, transmissão e liquidação financeira das transações com cartões de crédito e débito dos instituidores dos arranjos. A Stone IP também atua efetuando pré-pagamentos de transações com cartões aos estabelecimentos credenciados sobre transações já capturadas e processadas.

A Stone IP obteve, em 3 de julho de 2017, autorização para atuar como instituição de pagamento em funcionamento na modalidade credenciadora, concedida pelo Banco Central do Brasil ("BACEN"), e em 24 de abril de 2019 recebeu autorização para atuar como emissora de moeda eletrônica. Em decorrência da obtenção dessa autorização, a Companhia passou a adotar procedimentos aplicáveis às instituições de pagamento integrantes do Sistema de Pagamentos Brasileiro ("SPB"), inclusive no tocante à forma de elaboração e divulgação de suas demonstrações financeiras, de acordo com critérios determinados pelo BACEN.

Em atendimento ao artigo 7º da Resolução BCB nº 81/21, a totalidade de ações de emissão da Companhia de titularidade da DLP Capital LLC, representativas de aproximadamente 99,99% do capital social da Companhia, foi conferida pela DLP Capital LLC à Stone Holding Instituições S.A. ("Conferência de Ações"), a qual foi formalizada por meio de Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") da Stone Holding Instituições S.A. realizada em 2 de janeiro de 2023. Como consequência da Conferência de Ações, a Stone Holding Instituições S.A. passou a ser a nova controladora direta da Companhia.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional ("CMN"), do BACEN e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), quando aplicável. A apresentação dessas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional ("COSIF").

A elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, requer que a Administração use julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas referem-se, basicamente, ao valor justo de instrumentos financeiros e de pagamento baseado em ações, determinação da vida útil dos ativos permanentes, redução ao valor recuperável de ativos não financeiros e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, para contingências e para impostos diferidos.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas periodicamente.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 20 de março de 2025.

As demonstrações financeiras foram preparadas em Reais (R\$), sendo esta a moeda funcional da Companhia e a moeda de apresentação.

2.1 Reclassificação das demonstrações financeiras

O balanço patrimonial referente a 31 de dezembro de 2023, ora apresentado em conjunto com essas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024, possui saldos entre linhas do ativo e passivo, os quais estão sendo reclassificados, em conformidade com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, para estar em conformidade e unificado com os mesmos critérios aplicados. As reclassificações efetuadas, foram realizadas para corrigir a apresentação dos saldos de "Depósitos no banco central" no ativo e "Depósitos" no passivo, conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2023 (Reclassificado)	Reclassificações	31/12/2023 (Originalmente apresentado)
Ativo			
Depósitos no Banco Central	6.951.904	(1.356.951)	8.308.855
Passivo			
Depósitos de clientes	6.386.893	(1.356.951)	7.743.844

3. Descrição das principais políticas contábeis

Os principais critérios adotados para a elaboração das demonstrações financeiras são os seguintes:

3.1 Apuração do resultado

3.1.1 Receitas operacionais

As receitas operacionais são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, apurada em conformidade com o regime de competência e apresentada líquida de cancelamentos, descontos comerciais e outras deduções similares, assim como líquida dos impostos diretamente incidentes. Estão assim representadas na demonstração do resultado:

- “Receita líquida de serviços de transações de pagamento e outros serviços”: refere-se à captura, transmissão, processamento e liquidação financeira das transações realizadas com cartões de crédito e débito, sendo apropriadas ao resultado da Companhia, líquida das taxas de repasse aos bancos emissores e às bandeiras, na data do processamento das transações;
- “Receita líquida de aluguel de equipamentos”: refere-se às rendas de aluguel de equipamentos, representadas pelo montante recebido dos estabelecimentos credenciados ao sistema da Stone IP, a título de aluguel, pela disponibilização dos equipamentos de captura das transações com cartões. A receita é contabilizada de forma linear no mês de competência do aluguel; e
- “Receita líquida por antecipação de obrigações de transações de pagamento”: refere-se às rendas pelas antecipações de recebíveis aos estabelecimentos credenciados, mensuradas pela diferença entre o valor original a pagar aos estabelecimentos e o valor efetivamente antecipado.

3.1.2 Resultado bruto da intermediação financeira

- “Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários”: receita de juros e ganhos ou perdas provenientes da marcação a mercado das aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários;
- “Resultado com instrumentos financeiros derivativos”: ganhos e perdas relacionados às operações de *hedge* de risco de mercado, e à parcela inefetiva das operações de *hedge* de fluxo de caixa;
- “Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros”: registro das despesas relativas às obrigações assumidas em operações de venda ou de transferência de ativos financeiros que não foram baixados, integral ou proporcionalmente, apropriadas pela taxa efetiva da operação em função do prazo remanescente;
- “Despesas com operações de empréstimos”: despesa de juros incorridos das obrigações por empréstimos assumidas pela Companhia.

3.2 Custos para obtenção dos contratos

A Companhia incorre em certos custos para obtenção dos contratos que são capitalizados no início da transação. O custo compreende principalmente comissões aos vendedores para obter um contrato e custos logísticos para cumprir um contrato. O ativo reconhecido é amortizado linearmente durante a vida esperada dos estabelecimentos. O prazo de amortização são 25 meses.

3.3 Resultado não recorrente

Conforme disposto na Resolução BCB nº 2/20, deve ser considerado como resultado não recorrente o resultado que não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da Companhia e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não houve resultado classificado como não recorrente.

3.4 Normas emitidas pelo BACEN:

3.4.1 Normas e interpretações que entrarão em vigor após 31 de dezembro de 2024:

Conforme estabelecido no Art.101 da Resolução BCB nº 352/23, as instituições devem divulgar nas notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício de 2024, os impactos estimados da implementação da regulação contábil estabelecida por esta Resolução sobre o resultado e a posição financeira da instituição. Além disso, o Comunicado nº 42.403/24 ressalta aspectos importantes para a atividade de auditoria independente no que tange à revisão da divulgação de impactos qualitativos e quantitativos nas Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2024.

3.4.1.1 Impactos da adoção da Resolução BCB nº 352/23

3.4.1.1.1 Classificação de instrumentos financeiros

O critério de classificação dos ativos financeiros dependerá tanto do modelo de negócio para sua gestão, bem como as características dos fluxos de caixa contratuais, visando identificar especificamente se este atende ao critério de “somente principal e juros” (“SPPJ”). Com base no supracitado, o ativo será classificado como:

- **Custo amortizado:** quando o ativo é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros com o fim de receber os respectivos fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros.
- **Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”):** quando o ativo financeiro é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro com transferência substancial de riscos e benefícios, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros, quanto para a venda.
- **Valor justo no resultado (“VJR”):** utilizada para ativos financeiros que não atendem os critérios descritos acima.

A Companhia realizou análise de suas carteiras, com o objetivo de identificar os modelos de negócios existentes, bem como as características dos fluxos de caixa contratuais desses ativos financeiros.

Com base nesta análise, não ocorrerão alterações relevantes na mensuração da carteira decorrentes da adoção da nova norma, considerando que não existem mudanças significativas referentes à classificação que vinha sendo realizada sob a norma existente versus as novas classificações:

Custo amortizado: (i) contas a receber de emissores vinculadas a cessão; e (ii) contas a receber de bancos emissores de cartões

VJORA: não há ativos classificados nessa categoria

VJR: (i) cotas de fundos de investimento; (ii) operações compromissadas; (iii) títulos e valores mobiliários

Com relação aos passivos financeiros, a classificação continua essencialmente sem alterações relevantes em relação à norma atual.

A adoção das novas classificações e mensurações descritas acima gerará uma diminuição nos ativos financeiros, cuja contrapartida será reconhecida no patrimônio líquido na data de adoção, 1º de janeiro de 2025, no montante de R\$ 67.840 líquido de impostos, sendo R\$ 42.435 referente a perda esperada do contas a receber de emissores, R\$ 21.151 referente a perdas esperadas da cota do FIDC SOMA III e R\$ 4.254 referente a perdas esperadas associadas a participações em coligadas e controladas.

3.4.1.1.2 Taxa efetiva de juros

A Resolução BCB nº 352/23 estabelece, dentre outros, os requerimentos para apropriação de receita e encargos. Segundo a normativa, as receitas e os encargos de instrumentos financeiros devem ser reconhecidos no resultado, no mínimo, por ocasião dos balancetes e balanços, pro rata temporis, utilizando-se o método da taxa efetiva de juros, que deve ser determinada pela taxa que equaliza o valor presente de todos os recebimentos e pagamentos ao longo do prazo contratual do ativo ou do passivo financeiro ao seu valor contábil bruto.

Em outras palavras, a taxa efetiva de juros reflete a taxa contratual acrescida dos custos e receitas de transação- ligadas a aquisição, originação ou emissão do instrumento financeiro e que possam ser apurados e controlados de forma individual, sem uso de rateio, durante todo o prazo do instrumento - que serão apropriados ao longo do tempo da operação.

Os instrumentos financeiros classificados nas categorias Custo amortizado ou VJORA devem ser reconhecidos no resultado utilizando o método de taxa efetiva de juros.

A Companhia não terá impactos em seus passivos financeiros provenientes da adoção inicial do método da Taxa efetiva de juros.

3.4.1.1.3 Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A Resolução BCB nº 352/23 introduz um novo modelo de perdas esperadas para ativos financeiros que requer o reconhecimento das perdas de crédito esperadas.

De acordo com as novas diretrizes, a Companhia irá realizar a constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito pela metodologia completa, de acordo com os critérios da Resolução BCB nº 352/23.

Os ativos relacionados às contas a receber de emissores vinculadas a cessão, a Companhia avaliou o risco de crédito de cada contraparte e atribuímos uma classificação específica para o emissor, gerando diferentes níveis de probabilidade de não honrar suas obrigações.

3.4.1.1.4 Stop accrual

Conforme mencionado na Nota 3.4.1.1.2, receita e encargos de instrumentos financeiros devem ser reconhecidos no resultado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros. Quando o ativo é caracterizado como Ativo problemático, o acúmulo de juros deve ser interrompido ("Stop accrual"). Nestas situações, o reconhecimento de juros se dará novamente quando do seu efetivo recebimento e não por ocasião pro rata temporis, como reconhecidos para os ativos não problemáticos. A Companhia estima impactos quando da adoção inicial da norma em relação as cotas de investimento do FIDC SOMA III.

3.4.1.1.5 Contabilização de hedge

Conforme estabelecido na Resolução BCB nº 352/23, as novas regras para contabilidade de hedge, somente serão implementadas em 2027, desta forma, a Companhia realizou somente estudos de diagnóstico de impactos técnicos sobre essas estruturas de proteção.

3.4.1.1.6 Estratégia de implantação da Resolução BCB nº 352/23

O Conglomerado Prudencial, em conjunto com suas subsidiárias individuais, estabeleceu um projeto abrangente e multidisciplinar, a fim de adaptar os seus processos às novas regras de classificação, mensuração e perda esperada de instrumentos financeiros e, de modo que estes processos sejam aplicados de forma homogênea e, ao mesmo tempo, adaptado às particularidades de cada unidade.

3.4.1.1.7 Utilização de informação presente, passada e futura

Os requerimentos mencionados devem ser aplicados, de forma prospectiva ajustando o saldo de abertura de 1º de janeiro de 2025, não sendo necessária ajustar as posições comparativas.

3.4.2 Normas com vigência futura:

- Resolução BCB nº 178/22 (IFRS 16): Aprova o CPC 06 – Arrendamentos (R2), que traz o conceito de direito de uso do ativo e passivo de arrendamento. Com base nesta definição, as operações de arrendamento mercantil operacional devem ser reconhecidas no balanço do arrendatário como um ativo de direito de uso em contrapartida a um passivo de arrendamento. A norma é uma das medidas de convergência do BACEN aos padrões internacionais de contabilidade ("IFRS"), com entrada em vigor em 1º de janeiro de 2025.
- Resolução BCB nº 320/23: Altera a Resolução BCB nº 92/21, que dispõe sobre a utilização do COSIF pelas instituições de pagamento e sobre a estrutura do elenco de contas do COSIF a ser observado pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, com entrada em vigor em 1º de janeiro de 2025.
- Instruções Normativas BCB nº 493/24 a 500/24: Define as rubricas contábeis do elenco de contas do COSIF para utilização pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, com entrada em vigor em 1º de janeiro de 2025.

4. Caixa e equivalentes de caixa**4.1 Políticas contábeis**

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa e aplicações interfinanceiras de liquidez, que são investimentos de curto prazo e alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, e com prazo de vencimento, na data da aquisição, igual ou inferior a 90 dias.

4.2 Saldos

	31/12/2024	31/12/2023
Disponibilidades – em moeda nacional	3.158.824	2.708.655
Disponibilidades – em moeda estrangeira	33.640	13.189
	3.192.464	2.721.844

5. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos**5.1 Políticas contábeis**

Os títulos e valores mobiliários são avaliados e classificados de acordo com os critérios estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.068/01 e alterações, nas seguintes categorias:

- (i) Títulos para negociação - títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.

- (ii) Títulos mantidos até o vencimento - títulos adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício. Nesta categoria, os títulos não são ajustados ao seu valor de mercado. Para os títulos reclassificados para esta categoria, o ajuste de marcação a mercado é incorporado ao custo, sendo contabilizados prospectivamente pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.
- (iii) Títulos disponíveis para venda - títulos que não se enquadram para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia não possuía títulos classificados nas categorias descritas nos itens (ii) e (iii).

O valor de mercado dos instrumentos financeiros, quando aplicável, é calculado com base em preços de mercado. Assim, quando da liquidação financeira destas operações, os resultados poderão ser diferentes das estimativas. Os instrumentos financeiros são negociados de forma ativa e frequente e preços baseiam-se em fontes de informações independentes em consonância com a Resolução CMN nº 4.277/13 e alterações.

5.1.1 Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos principalmente para gerenciar a sua exposição a flutuações em taxas de câmbio.

A Companhia mensura seus instrumentos financeiros derivativos pelo seu valor de mercado, de acordo com a Circular BACEN nº 3.082/02, de acordo com suas respectivas classificações, conforme a seguir:

- (i) destinados a hedge de risco de mercado: ganhos e perdas são registrados no resultado do exercício; e
- (ii) destinados a hedge de fluxo de caixa: ganhos e perdas relacionados à parcela efetiva do hedge são registrados em Outros resultados abrangentes, e eventual parcela inefetiva é reconhecida no resultado do exercício.

5.2 Composição e classificação da carteira de títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira própria estão classificados como:

	31/12/2024	31/12/2023
Títulos de renda fixa ^(a)	—	22.843
Cotas de fundo de investimento - FIDC TAPSO ^(b)	12.289.936	6.085.770
Cotas de fundo de investimento - FIDC TAPSO II ^(b)	—	517
Cotas de fundos de investimento - FIDC SOMA III ^(c)	684.600	—
Cotas de fundo de investimento - FIDC SOMA ^(d)	—	4.691
Cotas de fundo de investimento - FIDC ACR I ^(e)	184.493	927
Cotas de fundo de investimento - FIDC ACR III ^(e)	—	927
Cotas de fundo de investimento - FIDC ACR V ^(e)	—	927
Cotas de fundo de investimento - FIDC ACR VI ^(e)	—	1.001
Títulos e valores mobiliários	13.159.029	6.117.603

- (a) Os títulos de renda fixa referem-se a títulos de Letra Financeira do Tesouro com vencimento em até 90 dias. O valor justo dos títulos de renda fixa é apurado a partir dos valores atualizados da taxa de juros DI disponibilizadas ao mercado através de órgão oficiais (B3, BACEN).

As aplicações em cotas de fundos de investimento referem-se a fundos de investimento em direitos creditórios ("FIDC" ou, coletivamente "FIDCs"). Os FIDCs são administrados e custodiados pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e pelo Banco Genial S.A.

- (b) O TAPSO Fundo de Investimento em Direitos Creditórios ("FIDC TAPSO") iniciou suas atividades em 29 de dezembro de 2016, com o objetivo de antecipar a carteira de recebíveis provenientes das transações a crédito realizadas pelos estabelecimentos comerciais. O FIDC TAPSO pertence 100% ao Grupo StoneCo e suas controladoras (100% em 31 de dezembro de 2023), sendo que em 31 de dezembro de 2024, a Stone IP detém participação de 37,5% das cotas (21,9% em 31 de dezembro de 2023), a subsidiária MNLT S.A. ("MNLT") 6,1% (7,3% em 31 de dezembro 2023), a subsidiária Pagar.me Instituição de Pagamento S.A. ("Pagar.me") 45,0% (45,8% em 31 de dezembro 2023) e o fundo de investimento FICFIM 5% (0% em 31 de dezembro de 2023). Já o TAPSO II Fundo de Investimento em Direitos Creditórios ("FIDC TAPSO II") iniciou suas atividades em 10 de setembro de 2021, com o mesmo objetivo do FIDC TAPSO. O FIDC TAPSO II foi liquidado em abril de 2024 (100% das cotas em 31 de dezembro de 2023).
- (c) Em maio de 2024 a Stone IP adquiriu cotas do SOMA III Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios ("FIDC SOMA III"), com o objetivo de adquirir cédulas de crédito bancário devidas por estabelecimentos comerciais clientes da Stone IP e sob forma de condomínio fechado, de modo que as cotas somente serão resgatadas ao término do respectivo prazo de duração das classes de cotas ou em caso de liquidação do FIDC SOMA III. Em 31 de dezembro de 2024 a Stone IP detém participação de 66,9% das cotas.
- (d) Em outubro de 2019 foi constituído o SOMA Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Não-Padronizados ("FIDC SOMA"), com o objetivo de adquirir cédulas de crédito bancário devidas por estabelecimentos comerciais clientes da Stone IP e sob forma de condomínio fechado, de modo que as cotas somente serão resgatadas ao término do respectivo prazo de duração das classes de cotas ou em caso de liquidação do FIDC SOMA. Em maio de 2024 o FIDC SOMA foi encerrado (50,3% das cotas em 31 de dezembro de 2023).
- (e) Os FIDCs ACRs (ACR I, ACR III, ACR V e ACR VI) foram constituídos em 2023 com o objetivo de prover a antecipação do contas a receber de arranjo do pagamento da Stone IP. À medida que os fundos iniciam sua etapa de captação, todas as cotas são vendidas para terceiros não pertencentes ao grupo, fazendo com que não haja mais relação da Stone IP para com estes fundos, exceto como cedente. Em 31 de dezembro de 2024 a Stone IP detém 7,1% das cotas dos FIDC ACR I apenas (100% das cotas para todos os FIDCs ACR em 31 de dezembro de 2023).

Os FIDCs devem manter, após 90 dias do início das atividades, no mínimo 50% de seu patrimônio líquido na aquisição de direitos creditórios elegíveis. As políticas contábeis utilizadas pela Companhia no que tange ao reconhecimento do investimento sobre as cotas estão de acordo com as normas adotadas no Brasil e com critérios determinados pelo BACEN.

Apesar da duração dos FIDCs ser de 20 anos ou duração indeterminada e suas cotas não possuírem vencimento, o prazo de recebimento dos seus recebíveis é substancialmente menor que 12 meses, ou seja, é de entendimento da Companhia que o valor deve ser registrado no ativo circulante.

5.3 Instrumentos financeiros derivativos

5.3.1 Hedge de fluxo de caixa

A Companhia utiliza a contabilidade de hedge para se proteger contra futuras flutuações de fluxo de caixa decorrentes da exposição a riscos específicos, como variações nas taxas de câmbio ou nas taxas de juros.

A contabilidade de hedge de fluxo de caixa é aplicada quando a relação de hedge atende aos critérios exigidos pelas normas de contabilidade de hedge, incluindo a devida documentação no momento em que o hedge é contratado, desde que seja considerado altamente eficaz, ao longo do tempo, na mitigação do risco de flutuações nos fluxos de caixa.

A Companhia revisa regularmente a eficácia dos hedges para garantir que os ganhos ou perdas nos instrumentos de hedge sejam contabilizados de forma apropriada. Qualquer ineficácia identificada no hedge é imediatamente reconhecida no resultado do exercício.

Dependendo do instrumento e do risco coberto, alguns dos instrumentos financeiros derivativos são utilizados como instrumentos de hedge de fluxo de caixa. A parcela efetiva dos ganhos ou perdas resultantes das alterações no valor justo desses derivativos é geralmente reconhecida no patrimônio líquido, em “Outros resultados abrangentes”. A parcela ineficaz é reconhecida na demonstração do resultado, em “Resultado com instrumentos financeiros derivativos”.

5.3.2 Hedge econômico

A Companhia realiza determinadas operações de hedge para mitigar riscos financeiros específicos, como flutuações em moedas estrangeiras e taxas de juros. Algumas dessas operações não são formalmente designadas para a contabilidade de hedge.

Embora esses derivativos sejam utilizados para gerir riscos econômicos, as mudanças em seu valor justo são reconhecidas diretamente no resultado do período, sem a aplicação dos tratamentos contábeis específicos da contabilidade de hedge. Isso significa que os ganhos e perdas gerados por esses instrumentos são integralmente reconhecidos no resultado à medida que ocorrem, refletindo as variações no valor justo dos derivativos.

A decisão de não aplicar a contabilidade de hedge a essas operações pode se dever a fatores como o custo administrativo da documentação formal exigida pelas normas de contabilidade de hedge, a natureza dos instrumentos ou a flexibilidade operacional desejada. Ainda assim, a Companhia continua monitorando esses instrumentos para garantir que seu uso esteja alinhado com a estratégia geral de gestão de riscos.

5.3.3 Saldos

31 de dezembro de 2024

	Notional	Ativo (valor justo)	Passivo (valor justo)	Net
Hedge de Fluxo de Caixa				
Swap de taxa de câmbio	2.649.101	177.229	—	177.229
Hedge Econômico				
Swap de taxa de juros	2.476.458	1.346	(281.177)	(279.831)
Total	5.125.559	178.575	(281.177)	(102.602)

31 de dezembro de 2023

	Notional	Ativo (valor justo)	Passivo (valor justo)	Net
Hedge Econômico				
NDF	570	—	(29)	4
Total	570	—	(29)	4

5.3.4 Abertura por faixa de vencimento dos títulos

A tabela abaixo apresenta a demonstração, por vencimento, dos valores nominais e dos valores justos:

31 de dezembro de 2024				
	Menor que 3 meses	3 a 12 meses	Maior de 12 meses	Total
Notional				
Swap de taxa de câmbio	—	467.875	2.181.226	2.649.101
Swap de taxa de juros	—	90.300	2.386.158	2.476.458
Total	—	558.175	4.567.384	5.125.559
Ativo (valor justo)				
Swap de taxa de câmbio	—	104.846	72.383	177.229
Swap de taxa de juros	—	404	942	1.346
Passivo (valor justo)				
Swap de taxa de juros	—	—	(281.177)	(281.177)
Total	—	105.250	(207.852)	(102.602)

31 de dezembro de 2023				
	Menor que 3 meses	3 a 12 meses	Maior de 12 meses	Total
Notional				
NDF	570	—	—	570
Total	570	—	—	570
Ativo (valor justo)				
Swap de taxa de câmbio	33	—	—	33
Passivo (valor justo)				
Swap de taxa de juros	(29)	—	—	(29)
Total	4	—	—	4

6. Contas a receber de emissores

6.1 Políticas contábeis

Referem-se aos recebíveis das transações realizadas pelos titulares de cartões de crédito e de débito emitidos por instituições financeiras. Nas transações de débito, a Stone IP recebe em até dois dias úteis o valor devido aos estabelecimentos comerciais. Nas transações de crédito, o recebimento depende da quantidade de parcelas. Se o recebimento é referente a uma transação de crédito à vista, ele ocorre 27 dias corridos após a captura da transação. Se o recebimento é referente a uma transação de crédito parcelado, o recebimento de cada parcela ocorre 27 dias após o seu vencimento.

6.2 Saldos

Os valores a receber de bancos emissores de cartões decorrentes das transações realizadas com cartões de crédito e de débito feitas pelos portadores de cartões, correspondem a R\$ 26.427.690 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 23.402.997 em 31 de dezembro de 2023), sendo R\$ 26.311.444 em curto prazo e R\$ 116.245 em longo prazo (R\$ 23.321.400 em curto prazo e R\$ 81.597 no longo prazo em 31 de dezembro de 2023).

7. Contas a receber e Obrigações vinculadas a cessão

7.1 Políticas contábeis

De acordo com a Resolução CMN nº 3.533/08 e alterações, créditos de recebíveis cedidos desde 1º de janeiro de 2012, com retenção substancial dos riscos e benefícios, são reclassificados para rubrica específica no ativo “Contas a receber de emissores vinculadas a cessão” em contrapartida aos valores recebidos que são registrados em rubrica no passivo “Obrigações vinculadas a cessão”.

7.2 Saldos

Os recebíveis de emissores de cartões detidos pela Stone IP que foram cedidos para FIDC com retenção substancial de riscos e benefícios, são mantidos no balanço patrimonial, sendo também reconhecida uma obrigação pelo repasse ou antecipação dos recursos. A Stone IP é cotista do FIDC ACR I desde sua constituição em 2023. Em abril de 2024, o FIDC ACR I passou a deter carteira de recebíveis cedidos com coobrigação com a Stone IP, que, em 31 de dezembro de 2024, totalizavam R\$ 2.635.166 (R\$ — em 31 de dezembro de 2023). Na mesma data, as obrigações vinculadas a essas cessões somavam R\$ 2.568.140 (R\$ — em 31 de dezembro de 2023).

8. Depósitos

A Stone IP possui saldo de moeda eletrônica mantido em contas pagamento, conforme exigido pela Resolução BCB nº 80/21. Tais valores foram aplicados em depósitos em moeda eletrônica no BACEN. O saldo de moeda eletrônica mantido em contas pagamento (Depósitos de clientes), que constitui patrimônio separado e não se confunde com o da instituição de pagamento, totalizou R\$ 9.495.669 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 6.386.893 em 31 de dezembro de 2023).

9. Rendas a receber

	31/12/2024	31/12/2023
Aluguel de equipamentos	111.534	114.252
Transações de pagamento	17.412	8.216
Estipulante de seguros	9.878	12.061
Taxa de adesão	5.140	9.970
	143.964	144.499
Circulante	126.338	130.852
Não Circulante	17.626	13.647

10. Outros ativos diversos

10.1 Instrumentos financeiros

	31/12/2024	31/12/2023
Valores a receber de sociedades ligadas (Nota 31)	25.413	21.373
Valores a receber de clientes por chargeback	20.314	35.228
Valores a receber das bandeiras	1.063	2.636
Outros	1.902	1.075
	48.692	60.312
Circulante	22.168	37.882
Não Circulante	26.524	22.430

10.2 Outros créditos

	31/12/2024	31/12/2023
Adiantamentos diversos e antecipações salariais	27.324	24.663
Devedores por depósitos em garantia	15.558	17.374
Dividendos a receber (Nota 32)	1.348	14.116
Outros	8.622	1.554
	52.852	57.707
Circulante	47.669	50.710
Não circulante	5.183	6.997

11. Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito**11.1 Políticas contábeis**

As provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito da Companhia são constituídas para os títulos vencidos, com atraso superior a 30 dias e são provisionadas em sua totalidade. A provisão também contempla clientes que tenham algum indício identificado de não recebimento (pedido de falência, cobrança judicial).

11.2 Saldos

	31/12/2024	31/12/2023
Provisões para chargeback	(18.331)	(34.870)
Provisões de aluguel de equipamentos	(16.896)	(14.925)
Provisões para estipulantes de seguros	(1.893)	(818)
Outras provisões de perdas esperadas	(2.599)	(5.852)
	(39.719)	(56.465)

11.3 Movimentações

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	(56.465)	(51.821)
Adições	(47.021)	(59.027)
Reversões	22.671	8.720
Baixas	41.096	45.663
Saldo final	(39.719)	(56.465)

12. Despesas antecipadas**12.1 Políticas contábeis**

As despesas antecipadas são reconhecidas pelos valores efetivamente desembolsados e ainda não incorridos, a serem reconhecidos na competência apropriada.

12.2 Saldos

	31/12/2024	31/12/2023
Custo de obtenção de contratos	83.253	81.086
Propaganda e publicidade	97.326	154.707
	180.579	235.793
Circulante	134.381	188.965
Não circulante	46.198	46.828

13. Imposto de renda e contribuição social

13.1 Políticas contábeis

A provisão para imposto de renda ("IRPJ") é constituída com base nos rendimentos tributáveis pela alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% para lucros excedentes a R\$ 240 no exercício. A provisão para contribuição social sobre o lucro líquido ("CSLL") é de 9% sobre o lucro tributável.

13.1.1 Impostos diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras, bem como sobre os prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos, quando aplicável, somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias e prejuízos fiscais possam ser usados.

A política utilizada para o imposto de renda e contribuição social diferidos apresentados estão de acordo com a Resolução BCB nº15/20.

13.2 Reconciliação da alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social

	31/12/2024	31/12/2023
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	(69.763)	543.594
Alíquotas vigentes (%)	34 %	34 %
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	23.719	(184.822)
Efeitos do imposto de renda e contribuição social sobre:		
Participações no lucro	22.218	13.079
Lei do Bem (pesquisa e desenvolvimento)	24.918	33.811
Resultado de participação em controladas	47.530	7.064
Amortização de ágio	—	(1.096)
Juros sobre o capital próprio	50.932	—
Outras reversões temporárias	53.261	—
Outras adições/exclusões	4.043	(457)
Imposto de renda e contribuição social	226.621	(132.421)
Impostos correntes	(48.998)	(67.070)
Impostos diferidos	275.619	(65.351)
Imposto de renda e contribuição social	226.621	(132.421)

13.3 Impostos diferidos

Os ativos fiscais diferidos e obrigações fiscais diferidas apresentaram as seguintes movimentações no exercício.

	Saldo em 31/12/2023	Movimentação	Saldo em 31/12/2024
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	215.710	(23.442)	192.268
Provisão para participações nos lucros, bônus e prêmios	50.192	(14.251)	35.941
Perdas em processo de documentação	18.391	40.618	59.009
Ágio dedutível	12.225	(12.225)	—
Variação cambial	—	186.865	186.865
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	19.198	21.768	40.966
Provisão para pagamento baseado em ações	46.218	63.671	109.889
Provisão para contingências	22.373	11.754	34.127
Hedge de fluxo de caixa	—	6.315	6.315
Demais diferenças temporárias	102.386	(42.669)	59.717
Ativos fiscais diferidos	486.693	238.404	725.097
Reconhecimento de receita - FIDC (a)	(158.652)	117.880	(40.772)
Demais diferenças temporárias	(67.068)	(72.481)	(139.549)
Obrigações fiscais diferidas	(225.720)	45.399	(180.321)
Impostos diferidos, líquidos	260.973	283.803	544.776
	Saldo em 31/12/2022	Movimentação	Saldo em 31/12/2023
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	243.325	(27.615)	215.710
Provisão para participações nos lucros, bônus e prêmios	52.434	(2.242)	50.192
Perdas em processo de documentação	36.577	(18.186)	18.391
Ágio dedutível	24.451	(12.226)	12.225
Provisão para perdas esperadas com risco de crédito	16.898	2.300	19.198
Provisão para pagamento baseado em ações	13.684	32.534	46.218
Provisão para contingências	7.324	15.049	22.373
Demais diferenças temporárias	78.834	23.552	102.386
Ativos fiscais diferidos	473.527	13.166	486.693
Reconhecimento de receita - FIDC (a)	(77.247)	(81.405)	(158.652)
Demais diferenças temporárias	(69.956)	2.888	(67.068)
Obrigações fiscais diferidas	(147.203)	(78.517)	(225.720)
Impostos diferidos, líquidos	326.324	(65.351)	260.973

(a) A Stone IP é cotista do FIDC TAPSO, um fundo fechado. Para fins de uniformização dos critérios contábeis, a receita do FIDC TAPSO é reconhecida pela Companhia de acordo com os critérios de reconhecimento de antecipação de recebíveis. O FIDC segue regras específicas para reconhecimento de receita ao longo tempo, ao passo que para o atendimento das regras utilizadas pela Stone IP, a receita é reconhecida no momento da transação.

A realização dos ativos fiscais diferidos está estimada da seguinte forma:

Ano	Valor
2025	460.530
2026	52.636
2027	92.699
2028	33.983
2029	85.249
Total	725.097

O valor presente estimado dos ativos fiscais diferidos em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 575.298 (R\$ 388.518 em 31 de dezembro de 2023), descontados à taxa média de captação da Companhia.

13.4 Imposto de renda a recuperar

	31/12/2024	31/12/2023
IRRF sobre Rendimentos Financeiros	329.333	66.999
IRRF sobre JSCP	5.317	5.317
Outros	181	9.207
	334.831	81.523

14. Investimentos

14.1 Políticas contábeis

Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos em empresas controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, com base no valor do patrimônio líquido da controlada.

Ágio

O ágio corresponde ao valor pago excedente ao valor contábil dos investimentos adquiridos a valor justo, decorrente da expectativa de rentabilidade futura e sustentado por estudos econômico-financeiros que fundamentaram o preço de compra dos negócios.

O ágio fundamentado na previsão de resultados futuros é amortizado conforme os prazos de projeções que o justificaram, devendo ainda ser submetido anualmente ao teste de redução ao valor recuperável, ou com maior frequência, quando houver indicação de que a unidade geradora de caixa poderá apresentar redução no valor recuperável.

Stone Instituição de Pagamento S.A.

Notas explicativas
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)



14.2 Movimentações

	Participação societária					Ágio sobre aquisição	Total
	MNLT	Pagar.me	Stone SCD	Stone SCFI	Stone Cartões		
Saldo em 31 de dezembro de 2022	864.257	132.743	693.636	—	4	15.152	1.705.792
Aumento de capital	—	42.000	—	—	4.000	—	46.000
Amortização de ágio	—	—	—	—	—	(3.223)	(3.223)
Equivalência patrimonial	31.119	(52.005)	42.633	—	(972)	—	20.775
Reflexo de pagamento baseado em ações	22.404	15.262	203	—	259	—	38.128
Distribuição de dividendos	(321)	(13.390)	(405)	—	—	—	(14.116)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	917.459	124.610	736.067	—	3.291	11.929	1.793.356
Aumento de capital	—	—	—	40.000	—	—	40.000
Integralização de capital	—	—	—	(16.759)	—	—	(16.759)
Amortização de ágio	—	—	—	—	—	(3.138)	(3.138)
Equivalência patrimonial	53.044	104.685	(2.741)	(19.689)	4.496	—	139.795
Reflexo de pagamento baseado em ações	10.933	14.478	197	—	366	—	25.974
Distribuição de dividendos	(495)	(842)	—	—	(11)	—	(1.348)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	980.941	242.931	733.523	3.552	8.142	8.791	1.977.880

MNLT S.A. ("MNLT")

A MNLT obteve o registro em 11 de fevereiro de 2022 na categoria "B" na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

Em AGE aprovada em 06 de outubro de 2023 foi deliberada a realização da primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, em série única, no valor total de R\$ 750.000. Em 07 de novembro de 2023 houve um aditamento, aumentando o valor total da emissão das debêntures para R\$ 1.000.000. As debêntures são outorgadas com garantia fidejussória, na forma de fiança, nos termos do artigo 822 da lei 10.406/22, pela Stone IP e pela StoneCo.

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social da MNLT, é representado por 2.260.490.292 ações ordinárias e 10 ações preferenciais nominativas, em sua totalidade nominativas e sem valor nominal, no valor total de R\$ 524.653 totalmente subscrito e integralizado.

Pagar.me Instituição de Pagamento S.A. ("Pagar.me")

Em AGE aprovada 27 de dezembro de 2023, a Pagar.me aumentou capital em R\$ 42.000, passando a ter um capital social de R\$ 134.276.

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social da Pagar.me, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 134.276, dividido em 122.002.500 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Stone Sociedade de Crédito Direto S.A. ("Stone SCD")

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social da Stone SCD, é representado por 651.000.000 ações ordinárias, em sua totalidade nominativas e sem valor nominal, no valor total de R\$ 651.000 totalmente subscrito e integralizado.

Stone Instituição de Pagamento S.A.

Notas explicativas
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)



Stone Sociedade de Crédito Direto, Financiamento e Investimento S.A. ("Stone SCFI")

Em dezembro de 2023, o BACEN autorizou o funcionamento da empresa Stone SCFI, uma instituição financeira que tem por objeto social a prática de todas as operações de crédito, financiamento e investimentos permitidas pelas leis e regulamentos aplicáveis.

Em fevereiro de 2024, a Stone IP passou a deter 99,99% do capital da Stone SCFI. A Stone SCFI teve capital integralizado de R\$ 23.239 nesse mesmo mês.

Em maio de 2024, a Stone SCFI deliberou a 1ª (primeira) emissão de letras financeiras, em série única, com garantia fidejussória e garantia corporativa prestada pela Stone IP e StoneCo, respectivamente, no montante total de até R\$ 750.000, para distribuição pública, não sujeita a registro perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social da Stone SCFI, é representado por 40.000.000 ações ordinárias, em sua totalidade nominativa e sem valor nominal, no valor total de R\$ 40.000 totalmente subscrito e parcialmente integralizado.

Stone Cartões Instituição de Pagamento S.A ("Stone Cartões")

A Stone Cartões, anteriormente denominada como STN Benefícios S.A., foi constituída em 26 de agosto de 2019. Em maio de 2022, a controladora STNE Participações S.A, legítima proprietária de 999 ações ordinárias, representativas de 99,9% do capital social da Stone Cartões, vendeu a totalidade dessas ações para a Stone IP, por R\$ 1 totalmente pagos, tornando-a a nova controladora da Stone Cartões.

Em AGE realizada em 29 de agosto de 2022, a Stone Cartões aprovou o aumento de capital em R\$ 20.000, do qual foi integralizado R\$ 400 em 2022, passando a ter um capital social totalmente subscrito e parcialmente integralizado de R\$ 401 em 31 de dezembro de 2022. Em dezembro de 2023, foi integralizado mais R\$ 4.000 do total aprovado, totalizando um capital social totalmente subscrito e parcialmente integralizado de R\$ 4.401.

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social da Stone Cartões, é representado por 20.001.000 ações ordinárias, em sua totalidade nominativas e sem valor nominal, no valor total de R\$ 20.001.

15. Imobilizado de uso

15.1 Políticas contábeis

Corresponde aos direitos que tenham como objeto bens corpóreos e incorpóreos, destinados à manutenção das atividades da Companhia ou exercido com essa finalidade. Os bens do ativo imobilizado estão registrados ao custo de aquisição. A depreciação é calculada pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais, de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens, sendo:

- Pin Pad e POS – 20%;
- Máquinas e aparelhos e equipamentos – 20%;
- Equipamentos de informática – 20%;
- Móveis e utensílios – 10%;
- Benfeitorias em propriedades de terceiros – 20%;
- Instalações – 10%;
- Equipamentos de telefonia – 50%;
- Veículos – 20%;

Stone Instituição de Pagamento S.A.

Notas explicativas
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)



15.2 Movimentações

	Saldo em 31/12/2023	Adições	Baixas (a)	Transferências	Saldo em 31/12/2024
Pinpad e POS	1.226.018	455.774	(220.885)	—	1.460.907
Máquinas e aparelhos e equipamentos	12.425	408	—	575	13.408
Equipamentos de informática	79.826	19.614	(198)	2.783	102.025
Móveis e utensílios	11.821	412	—	3.006	15.239
Benfeitorias em propriedades de terceiros	24.304	24.645	—	(6.396)	42.553
Instalações	3.795	369	—	32	4.196
Equipamentos de telefonia	9.708	2.859	(3)	—	12.564
Veículos e aeronave	30.645	300	—	—	30.945
Custo	1.398.542	504.381	(221.086)	—	1.681.837
Pinpad e POS	(671.743)	(249.820)	164.734	—	(756.829)
Máquinas e aparelhos e equipamentos	(12.795)	(108)	—	—	(12.903)
Equipamentos de informática	(48.935)	(15.171)	4	—	(64.102)
Móveis e utensílios	(4.620)	(1.203)	—	—	(5.823)
Benfeitorias em propriedades de terceiros	(14.011)	(4.857)	—	—	(18.868)
Instalações	(1.267)	(386)	—	—	(1.653)
Equipamentos de telefonia	(7.336)	(2.373)	—	—	(9.709)
Veículos e aeronave	(9.025)	(3.087)	—	—	(12.112)
Depreciação acumulada	(769.732)	(277.005)	164.738	—	(881.999)
Imobilizado de uso	628.810	227.376	(56.348)	—	799.838

(a) Inclui Pin Pads e POS baixados por não estarem sendo utilizados pelos clientes após um determinado período de tempo. Inclui também perdas por impairment de Pin Pads e POS no montante de R\$ 4.679 referentes ao custo e R\$ 2.276 referentes à depreciação acumulada.

Stone Instituição de Pagamento S.A.

Notas explicativas
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)



	Saldo em 31/12/2022	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2023
Pinpad e POS	1.202.974	209.400	(186.356)	1.226.018
Máquinas e aparelhos e equipamentos	11.848	614	(37)	12.425
Equipamentos de informática	69.025	12.042	(1.241)	79.826
Móveis e utensílios	11.686	541	(406)	11.821
Benfeitorias em propriedades de terceiros	24.081	223	—	24.304
Instalações	3.795	—	—	3.795
Equipamentos de telefonia	6.097	3.611	—	9.708
Veículos e aeronave	30.645	—	—	30.645
Custo	1.360.151	226.431	(188.040)	1.398.542
Pinpad e POS	(545.980)	(244.794)	119.031	(671.743)
Máquinas e aparelhos e equipamentos	(12.479)	(319)	3	(12.795)
Equipamentos de informática	(36.774)	(13.170)	1.009	(48.935)
Móveis e utensílios	(3.619)	(1.167)	166	(4.620)
Benfeitorias em propriedades de terceiros	(9.236)	(4.775)	—	(14.011)
Instalações	(887)	(380)	—	(1.267)
Equipamentos de telefonia	(5.695)	(1.641)	—	(7.336)
Veículos e aeronave	(5.958)	(3.067)	—	(9.025)
Depreciação acumulada	(620.628)	(269.313)	120.209	(769.732)
Imobilizado de uso	739.523	(42.882)	(67.831)	628.810

16. Intangível

16.1 Políticas contábeis

Os ativos intangíveis correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Companhia ou exercidos com essa finalidade.

O custo de ativos intangíveis adquiridos corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada, a partir da data da sua disponibilidade para uso e ajustado por redução ao valor recuperável ("impairment"), quando aplicável.

Gastos com o desenvolvimento interno de software são reconhecidos como ativo quando é possível demonstrar a intenção e a capacidade de concluir tal desenvolvimento, bem como mensurar com segurança os custos diretamente atribuíveis ao intangível. Tais custos são amortizados durante sua vida útil estimada, considerando os benefícios econômicos futuros gerados.

A amortização dos ativos intangíveis é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

- Software – 20%.
- Licenças de uso de bandeiras – 20%;
- Marcas e patentes – 5%.
- Direito sobre contrato de representação – 33%.



16.1.1 Redução ao valor recuperável de ativos (Impairment)

O registro contábil de um ativo deve evidenciar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma provisão, ajustando o valor contábil líquido. Essas provisões são reconhecidas no resultado do período.

Os valores dos ativos não financeiros são revistos anualmente, exceto ativos fiscais diferidos, cuja realização é avaliada semestralmente.

16.2 Movimentações

	Saldo em 31/12/2023	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2024
Software	445.846	248.546	(534.188)	160.204
Licenças de uso de bandeiras	5.674	—	—	5.674
Marcas e patentes	20	—	—	20
Direito sobre contrato de representação	726	—	—	726
Custo	452.266	248.546	(534.188)	166.624
Software	(167.007)	(52.341)	125.059	(94.289)
Licenças de uso de bandeiras	(5.674)	—	—	(5.674)
Marcas e patentes	(4)	(1)	—	(5)
Direito sobre contrato de representação	(726)	—	—	(726)
Amortização acumulada	(173.411)	(52.342)	125.059	(100.694)
Intangível	278.855	196.204	(409.129)	65.930

	Saldo em 31/12/2022	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2023
Software	294.691	206.786	(55.631)	445.846
Licenças de uso de bandeiras	5.674	—	—	5.674
Marcas e patentes	20	—	—	20
Direito sobre contrato de representação	726	—	—	726
Custo	301.111	206.786	(55.631)	452.266
Software	(118.786)	(59.368)	11.147	(167.007)
Licenças de uso de bandeiras	(5.657)	(17)	—	(5.674)
Marcas e patentes	(3)	(1)	—	(4)
Direito sobre contrato de representação	(726)	—	—	(726)
Amortização acumulada	(125.172)	(59.386)	11.147	(173.411)
Intangível	175.939	147.400	(44.484)	278.855

Stone Instituição de Pagamento S.A.

Notas explicativas
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)



17. Obrigações por empréstimos

17.1 Saldos

	Saldo em 31/12/2023	Captações	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Variação cambial	Juros incorridos	Saldo em 31/12/2024
Empréstimos em moeda nacional (a)	1.320.939	8.021.735	(2.860.009)	(133.524)	—	337.491	6.686.632
Empréstimos no exterior (b)	—	1.606.845		(16.982)	258.917	54.333	1.903.113
Obrigações com certificados de recebíveis (CRI) (c)	59.171	—		(7.574)	—	7.387	58.984
Total	1.380.110	9.628.580	(2.860.009)	(158.080)	258.917	399.211	8.648.729
Circulante	1.380.110						7.318.892
Não circulante	—						1.329.837
	Saldo em 31/12/2022	Captações	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Variação cambial	Juros incorridos	Saldo em 31/12/2023
Empréstimos em moeda nacional (a)	1.785.967	3.839.951	(4.240.000)	(241.138)	—	176.159	1.320.939
Empréstimos no exterior (b)	—	248.250	(248.000)	(5.271)	(4.326)	9.347	—
Obrigações com certificados de recebíveis (CRI) (c)	—	56.686	—	—	—	2.485	59.171
Total	1.785.967	4.144.887	(4.488.000)	(246.409)	(4.326)	187.991	1.380.110
Circulante	1.785.967						1.380.110
Não circulante	—						—

17.2 Composição

	Taxa média de juros anual	Data de emissão	Vencimento	Circulante	Não Circulante	31/12/2024
Empréstimos em moeda nacional (a)	CDI + 0,75%	10/05/2024	30/12/2025	6.686.632	—	6.686.632
Empréstimos no exterior (b)	CDI + 1,70%	04/01/2024	08/01/2025	628.656	—	628.656
Empréstimos no exterior - Bond (b)	3,95 + USD	16/06/2021	16/06/2028	2.299	1.272.158	1.274.457
Obrigações com certificados de recebíveis (CRI) (c)	CDI + 1,30%	06/09/2023	03/09/2026	1.305	57.679	58.984

(a) Empréstimos em moeda nacional

Em 30 de junho de 2024, foram emitidas novas CCBs, com múltiplas contrapartes e vencimentos de até 12 meses. O principal e juros das CCBs vincendas são pagos, em sua maioria, em seus vencimentos finais. Os recursos desses empréstimos foram utilizados principalmente na antecipação de recebíveis.

(b) Empréstimos no exterior

Em janeiro de 2024, foi realizada uma captação no exterior com vencimento menor que 12 meses. O principal e juros desta captação serão pagos em seu vencimento final. Os recursos desses empréstimos foram utilizados principalmente na antecipação de recebíveis.

Stone Instituição de Pagamento S.A.

Notas explicativas
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)



Além disso, em agosto de 2024 foram transferidos para a Stone IP títulos emitidos pela StoneCo Ltd. (Bond). O montante total de captação foi de R\$ 1.138.970. Para mitigar o risco cambial, o Grupo realizou uma operação de hedge (Nota 5.3.1.2)

(c) Obrigações com certificados de recebíveis (CRI)

Em 6 de setembro de 2023, foi concluída a oferta da 150ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários ("CRI Stone") da Opea, captando R\$ 57.000 em uma transação com vencimento de 3 anos a CDI + 1,30% a.a.. O CRI Stone é respaldado por notas comerciais emitidas pela Stone IP e STNE Participações. Esta é a primeira estrutura de financiamento da empresa para acessar investidores pessoa física juntamente com os institucionais.

18. Contas a pagar a estabelecimentos

18.1 Políticas contábeis

Referem-se às obrigações de pagar aos estabelecimentos comerciais credenciados pela Companhia, pelas transações realizadas pelos titulares de cartões de crédito e de débito emitidos por instituições financeiras. Nas transações de débito, a Stone IP paga em até dois dias úteis o valor devido aos estabelecimentos comerciais. Nas transações de crédito, o pagamento depende da quantidade de parcelas. Se o pagamento é referente a uma transação de crédito à vista, ele ocorre trinta dias corridos após a captura da transação. Se o pagamento é referente a uma transação de crédito parcelado, o pagamento de cada parcela ocorre 30 dias após o seu vencimento.

18.2 Saldos

	31/12/2024	31/12/2023
Contas a pagar	20.142.912	21.418.839
Intenções de pagamentos	124.089	76.968
Créditos retidos	411	59
	20.267.412	21.495.866
Circulante	20.230.682	21.471.161
Não circulante	36.730	24.705

19. Outras obrigações

19.1 Obrigações sociais e estatutárias

	31/12/2024	31/12/2023
Provisão para bônus, prêmios e participações nos lucros	110.576	147.623
Dividendos e bonificações a pagar	5.317	93.834
Outras provisões trabalhistas	4.800	—
	120.693	241.457
Circulante	115.376	236.140
Não circulante	5.317	5.317

19.2 Impostos e contribuições a recolher

	31/12/2024	31/12/2023
Impostos e contribuições sobre o lucro a pagar	95.078	66.759
PIS e COFINS a recolher	39.826	58.031
Impostos e contribuições a pagar	24.641	28.062
IOF a recolher	—	6
	159.545	152.858

19.3 Outros passivos diversos

19.3.1 Instrumentos financeiros

	31/12/2024	31/12/2023
Valores a pagar a sociedades ligadas (Nota 32)	177.151	51.301
Repasse a bandeiras	138.815	116.854
Fornecedores	93.793	79.381
Outros	110.645	52.662
	520.404	300.198
Circulante	343.253	247.028
Não circulante	177.151	53.170

19.4 Provisão para contingências

19.4.1 Políticas contábeis

As provisões judiciais são avaliadas de acordo com o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Em 2023, a Stone IP atualizou sua política de contingenciamento de processos judiciais. A metodologia anterior, que considerava o valor total envolvido nos litígios cíveis e trabalhistas, foi aprimorada para levar em conta a experiência de transações semelhantes. A partir disso, a Companhia passou a contingenciar os valores que, nos termos do comportamento da carteira, costuma desembolsar. Esse movimento foi possível em razão do amadurecimento da carteira de processos.

Após alguns meses da implementação do primeiro cenário, em dezembro de 2023, a Companhia reanalisou sua política de contingência com o objetivo de aumentar a precisão das estimativas de resultados. Para isso, o Grupo estipulou um target baseado no histórico de condenações da carteira de processos dos últimos 12 meses. O target estipulado foi aplicado em toda a base de processos, respeitadas as exceções previstas em política, como medida para garantir e simplificar o procedimento de contingência. Esse ajuste foi possibilitado pela maturação da carteira contenciosa.

- Provisões trabalhistas e cíveis - Os valores das contingências são provisionados de acordo com os critérios de provisão da companhia respeitando a separação de processos massificados e não massificados. Na primeira hipótese, a provisão seguirá o ticket médio a ser mencionado nos tópicos subsequentes. No segundo caso, considera-se o valor potencial de perda de cada ação judicial, com base em parâmetros como a fase em que o processo se encontra e o posicionamento dos tribunais em relação à matéria discutida. O valor indicado como risco provável de perda com estimativa confiável é provisionado integralmente e acrescido de encargos.
- Provisões fiscais - Os valores das contingências são avaliados de acordo com as análises do valor potencial de perda para as ações individualmente, considerando o estágio atual do processo, o posicionamento dos tribunais em relação à matéria discutida, parecer interno, bem assim o parecer de consultores jurídicos externos.

Stone Instituição de Pagamento S.A.

Notas explicativas
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)



19.4.2 Passivos contingentes classificados como perdas prováveis

As movimentações das provisões para contingências, ocorridas no exercício, estão a seguir apresentadas:

	Trabalhista (a)	Cível (b)	Tributária	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	4.623	16.917	—	21.540
Adições	33.869	35.409	5.958	75.236
Reversões	(4.337)	(14.083)	—	(18.420)
Pagamentos	(974)	(11.580)	—	(12.554)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	33.181	26.663	5.958	65.802
Adições	67.805	43.054	—	110.859
Reversões	(22.733)	(29.296)	(4.745)	(56.774)
Pagamentos	(14.628)	(4.884)	—	(19.512)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	63.625	35.537	1.213	100.375

(a) No que tange às demandas judiciais de natureza Trabalhista, a Companhia é constantemente acionada em duas hipóteses: (i) ações de ex-empregados e (ii) ações de ex-empregados de empresas terceirizadas, contratadas pela Stone IP. Nessas respectivas ações são encontrados dois pedidos recorrentes: enquadramento em categoria de trabalho diversa e pagamento de horas extras.

(b) As demandas judiciais de natureza Cível se relacionam às principais frentes de atuação da Companhia, quais sejam (i) Adquirência, no montante de R\$ 19.339 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 13.571 em 31 de dezembro de 2023); e (ii) Banking, no montante de R\$ 15.188 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 12.169 em 31 de dezembro de 2023).

19.4.3 Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Stone IP é parte em ações judiciais, Cíveis e Trabalhistas, cujos objetos conectam-se com sua operação ordinária.

Neste sentido, entende-se que as demandas judiciais cíveis se relacionam às principais frentes de atuação da Companhia, quais sejam (i) Adquirência, no montante de R\$ 21.599 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 14.192 em 31 de dezembro de 2023); e (ii) Banking, no montante de R\$ 11.236 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 578 em 31 de dezembro de 2023).

Em Adquirência, destaca-se ação ajuizada por um parceiro comercial, responsável por parte da captação e indicação de estabelecimentos comerciais. O valor considerado como perda possível é de R\$ 11.225 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 14.192 em 31 de dezembro de 2023).

Durante o final do exercício de 2023, a Companhia recebeu autos de infração emitidos pela autoridade fiscal municipal relativos ao pagamento alegadamente insuficiente de Impostos Sobre Serviços ("ISS"). Em 31 de dezembro de 2024, o valor atualizado dos processos é de R\$ 26.366 (R\$ 22.994 em 31 de dezembro de 2023). Os processos, classificados como perdas possíveis, estão sendo contestados na esfera administrativa do tribunal.

19.4.4 Órgãos reguladores

Não existem processos administrativos em curso, por parte do Sistema Financeiro Nacional, que possam impactar representativamente o resultado e as operações da Stone IP.

19.4.5 Ativos contingentes

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não existem processos classificados pela Administração como prováveis de realização.

Stone Instituição de Pagamento S.A.

Notas explicativas
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)



19.5 Provisão para pagamentos a efetuar

	31/12/2024	31/12/2023
Salários, benefícios e encargos	171.912	151.675
Mídia publicitária	31.308	28.500
Captura Wireless	22.271	11.830
Serviço de cloud	11.321	11.580
Licenças de software	8.930	10.054
Bandeiras	8.295	7.043
Honorários advocatícios	7.824	7.138
Reparos e manutenções	5.696	9.514
Aluguéis	3.888	2.790
Instalações de equipamentos	2.301	148
Consultorias e assessoria	2.281	6.730
Fretes	2.204	1.997
Serviços de prevenção de fraude	2.111	4.225
Eventos	1.245	6.094
Outros	17.836	19.152
	299.423	278.470
Circulante	278.098	256.849
Não Circulante	21.325	21.621

20. Patrimônio líquido

20.1 Capital social

Em 02 de janeiro de 2023 a Stone Holding Instituições S.A. passou a ser a nova controladora direta da Companhia com a Conferência de Ações da DLP Capital LLC.

Em 11 de julho de 2023 a Stone IP recebeu a autorização do BACEN para o aumento de capital, aprovado em AGE realizada em 31 de maio de 2023, no valor total de R\$ 200.000, mediante a emissão de 200.000.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. As novas ações foram integralizadas pela Stone Holding Instituições S.A em junho de 2023.

Em 14 de novembro de 2024, foi aprovado aumento de capital social no valor total de R\$ 320.000, totalmente subscrito e integralizado pela Stone Holding Instituições S.A.

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social totalmente subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 1.389.445, representado por 675.667.136 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Ações ordinárias têm direito ao recebimento de dividendos conforme definido no Estatuto da Companhia. As ações ordinárias dão direito a um voto por ação nas deliberações das Assembleias Gerais da Companhia.

20.2 Reserva de capital

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Stone IP constituiu uma reserva adicional no montante de R\$ 190.431 (R\$ 174.913 em 31 de dezembro de 2023), totalizando R\$ 628.553 (R\$ 438.122 em 31 de dezembro de 2023), destinada para a remuneração baseada em ações (Nota 33).

20.3 Reserva legal

Nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, a Stone IP constituiu reserva legal no montante de R\$ 4.576 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 18.634 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023), totalizando R\$ 73.178 (R\$ 68.603 em 31 de dezembro de 2023).

20.4 Reserva de lucros

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Stone IP constituiu reserva de lucros no montante de R\$ 86.936 (R\$ 265.554 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023), totalizando R\$ 402.585 (R\$ 465.449 em 31 de dezembro de 2023).

20.5 Dividendos e Juros sobre capital próprio

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 1% sobre o lucro líquido do exercício, ajustado após destinações previstas na legislação societária brasileira. Conforme permitido pela Lei nº 9.249/95, em seu artigo 9º, o valor dos juros pagos ou creditados pela pessoa jurídica, a título de remuneração do capital próprio, pode ser imputado ao valor dos dividendos. Não houve dividendos distribuídos para o período, uma vez que foram pagos juros sobre capital próprio. Em 2024 foram pagos os dividendos referentes a 2023 no valor de R\$ 88.518.

Além disso, em AGEs realizadas em 29 de novembro de 2024 e 30 de dezembro de 2024, foi deliberada a distribuição de juros sobre capital próprio no valor R\$ 135.000 e R\$ 14.800 respectivamente, totalizando R\$ 149.800, os quais foram liquidados em 31 de dezembro de 2024. A tributação do JCP é recolhida na forma de Imposto de Renda Retido na Fonte à alíquota de 15%. Sendo assim, a Stone IP, antes de efetuar a distribuição dos JCP aos acionistas, foi responsável por reter e recolher o imposto devido no valor de R\$ 22.470.

20.6 Outros resultados abrangentes

Outros resultados abrangentes ("ORA") representam os lucros ou prejuízos não reportados na demonstração do resultado, sendo apresentados separadamente nas demonstrações financeiras. Isto inclui transações e operações da Companhia que não são consideradas ganhos ou perdas realizadas. A tabela apresenta o saldo acumulado de cada categoria de ORA em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

	31/12/2024	31/12/2023
Ajustes de avaliação patrimonial	118.658	118.658
Ganho (perda) não realizada de hedge de fluxo de caixa - transação altamente provável	12.258	—
Mudança na participação relativa de controlada	4	4
Total	130.920	118.662

Stone Instituição de Pagamento S.A.

Notas explicativas

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

**21. Receitas operacionais**

	Exercício findo em 31/12/2024	Exercício findo em 31/12/2023
Receita de serviços de transações de pagamento e outros serviços	2.204.282	2.040.210
Impostos sobre receita de serviços de transações de pagamento e outros serviços	(256.567)	(234.353)
Receita líquida de serviços de transações de pagamento e outros serviços	1.947.715	1.805.857
Receita de aluguel de equipamentos	455.023	438.105
Impostos sobre receita de aluguel de equipamentos	(42.090)	(40.525)
Receita líquida de aluguel de equipamentos	412.933	397.580
Receita por antecipação de obrigações de transações de pagamento	2.393.519	3.054.949
Impostos sobre receita por antecipação de obrigações de transações de pagamento	(111.218)	(142.055)
Receita líquida por antecipação de obrigações de transações de pagamento	2.282.301	2.912.894
	4.642.949	5.116.331

22. Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários

	Exercício findo em 31/12/2024	Exercício findo em 31/12/2023
Rendimento sobre cotas de investimento	1.722.578	1.999.382
Rendimento sobre depósitos no banco central	991.133	229.538
	2.713.711	2.228.920

23. Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros

	Exercício findo em 31/12/2024	Exercício findo em 31/12/2023
Cessão definitiva	(2.538.225)	(3.194.449)
Cessão com retenção de riscos e benefícios	(337.341)	(82.404)
	(2.875.566)	(3.276.853)

24. Custo dos serviços prestados

	Exercício findo em 31/12/2024	Exercício findo em 31/12/2023
Processamento de dados	(488.199)	(279.890)
Recebimento, armazenagem e triagem de equipamentos	(135.474)	(63.570)
Despesas com serviços associados a transações de pagamento	(167.762)	(118.511)
Comunicações	(101.957)	(90.624)
Transportes	(90.455)	(64.586)
Insumos e materiais	(62.098)	(56.010)
Reparos e manutenções	(41.542)	(43.739)
Outros (a)	(48.064)	(31.811)
	(1.135.551)	(748.741)

Stone Instituição de Pagamento S.A.

Notas explicativas
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)



- (a) Referem-se principalmente a gastos diretamente atribuíveis ao funcionamento de Pin Pad e POS, tais como bobinas, acessórios, e etc.

25. Despesas de pessoal

	Exercício findo em 31/12/2024	Exercício findo em 31/12/2023
Salários e proventos	(792.222)	(714.364)
Encargos sociais	(311.839)	(243.994)
Benefícios	(250.770)	(222.896)
Pagamento baseado em ação (Nota 33)	(183.464)	(154.435)
Treinamentos	(8.129)	(12.624)
	(1.546.424)	(1.348.313)

26. Despesas administrativas

	Exercício findo em 31/12/2024	Exercício findo em 31/12/2023
Publicidade, promoções e relações públicas	(223.206)	(148.994)
Despesas tributárias (a)	(130.039)	(106.616)
Serviços técnicos especializados	(73.109)	(85.241)
Processamento de dados	(52.830)	(46.561)
Viagens	(41.531)	(42.671)
Despesas de seguros	(21.178)	(15.561)
Transportes	(10.750)	(8.853)
Aluguéis	(10.490)	(28.778)
Eventos internos	(15.055)	(18.459)
Comunicações	(4.820)	(7.677)
Serviços do sistema financeiro	(5.053)	(5.403)
Manutenção e conservação de bens	(5.171)	(2.841)
Serviços de vigilância e segurança	(3.903)	(2.525)
Outros	(11.777)	(17.262)
	(608.912)	(537.442)

- (a) Referem-se principalmente a despesas de PIS e COFINS incidentes sobre resultado de aplicações financeiras de liquidez e títulos e valores mobiliários.

27. Despesas (reversões) de provisões

	Exercício findo em 31/12/2024	Exercício findo em 31/12/2023
Provisão para contingências (Nota 19.4)	(54.085)	(56.816)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (Nota 11)	(24.350)	(50.307)
Reversão (provisão) para perdas operacionais	30.743	56.621
	(47.692)	(50.502)

Stone Instituição de Pagamento S.A.

Notas explicativas
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)



28. Outras receitas operacionais

	Exercício findo em 31/12/2024	Exercício findo em 31/12/2023
Recuperação de perdas operacionais	44.987	8.479
Variação cambial ativa	8.765	6.590
Variação monetária ativa	10.503	7.493
Descontos obtidos	270	988
Outros	162	214
	64.687	23.764

29. Outras despesas operacionais

	Exercício findo em 31/12/2024	Exercício findo em 31/12/2023
Despesas de comissões com parceiros	(241.772)	(203.827)
Perdas operacionais	(105.547)	(97.043)
Variação cambial passiva	(4.167)	(6.098)
Variação monetária passiva	(507)	(865)
Outras despesas operacionais	(8.961)	(4.454)
	(360.954)	(312.287)

30. Resultado não operacional

Os valores reconhecidos como resultado não operacional são decorrentes principalmente do custo de alienação de ativos, doações e patrocínios. O resultado líquido no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi uma despesa de R\$ 3.855 (despesa de R\$ 42.377 em 31 de dezembro de 2023).

31. Outras divulgações sobre fluxos de caixas

31.1 Imobilizado e ativos intangíveis

	31/12/2024	31/12/2023
Adições de imobilizado (Nota 15.2)	(504.381)	(226.431)
Pagamentos do ano anterior	(38.114)	(125.031)
Compras não pagas no final do período	16.529	38.114
Compras pré-pagas de POS	—	(1.135)
Aquisição de imobilizado	(525.966)	(314.483)
Adições de ativos intangíveis (Nota 16.2)	(248.546)	(206.786)
Pagamentos do ano anterior	(1.089)	—
Compras não pagas no final do período	2.319	—
Compras e desenvolvimento de ativos intangíveis	(247.316)	(206.786)
Valor contábil líquido dos ativos alienados (Nota 15 / Nota 16)	465.477	112.315
Perda na baixa e alienação de bens	(78.832)	(104.997)
Baixa por transferência de ativos intangíveis	(365.867)	—
Valor recebido pela venda de imobilizado	20.778	7.318

Stone Instituição de Pagamento S.A.

Notas explicativas
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)



32. Transações com partes relacionadas

As partes relacionadas compreendem as empresas controladas do grupo, acionistas, pessoal-chave da administração e quaisquer negócios que são controlados, direta ou indiretamente, pelos acionistas e conselheiros sobre os quais exercem influência significativa.

Ativos	31/12/2024	31/12/2023
MNLT Soluções de Pagamentos S.A. (controlada)	15.963	—
Linx Pay S.A. (controlador final comum)	3.936	16
TAG Tecnologia para o Sistema Financeiro S.A. (controlador final comum)	3.160	304
Linx Sistemas e Consultoria Ltda. (controlador final comum)	1.533	1.391
Stone Sociedade de crédito, financiamento e investimento S.A. (controlada)	393	—
Stone Sociedade de Crédito Direto S.A. (controlada)	349	163
Linx Automotivo Ltda. (controlador final comum)	27	—
Linx Telecomunicações Ltda. (controlador final comum)	21	4
Linx S.A. (controlador final comum)	14	27
Linx Impulse Ltda. (controlador final comum)	9	—
Linx Commerce Ltda. (controlador final comum)	5	—
Linx People Ltda. (controlador final comum)	1	—
Linx Saúde Ltda. (controlador final comum)	1	—
Vitta Saúde Administradora de Benefícios LTDA. (controlador final comum)	1	—
Stone Logística Ltda. (controlador final comum)	—	10.131
Pagar.me Pagamentos S.A. (controlada)	—	8.173
STNE Participações S.A. (controlador final comum)	—	1.117
StoneCo Ltd. (controlador final)	—	47
Valores a receber de sociedades ligadas (Nota 10)	25.413	21.373
Pagar.me Pagamentos S.A. (controlada)	842	13.390
MNLT Soluções de Pagamento S.A. (controlada)	495	321
Stone Cartões Instituição de Pagamento S.A. (controlada)	11	—
Stone Sociedade de Crédito Direto S.A. (controlada)	—	405
Dividendos a receber (Nota 10)	1.348	14.116

Stone Instituição de Pagamento S.A.

Notas explicativas

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)



Passivos	31/12/2024	31/12/2023
Stone Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (controlada)	(6.518.513)	—
Obrigações por empréstimos	(6.518.513)	—
Tapso Fundo de Investimento em Direitos Creditórios	(14.224.335)	(9.862.544)
Stone Sociedade de Crédito Direto S.A. (controlada) (a)	(680.000)	(680.000)
Obrigações vinculadas a sub-rogação	(14.904.335)	(10.542.544)
Pagar.me Pagamentos S.A. (controlada)	(111.497)	—
StoneCo Ltd. (controlador final)	(46.516)	(14.870)
Stone Cartões Instituição de Pagamento S.A. (controlada)	(8.260)	(269)
Stone Logística S.A. (controlador final comum)	(6.963)	—
Stone Franchising Ltda. (controlador final comum)	(3.086)	(2.574)
Vitta Serviços em Saúde Ltda. (controlador final comum)	(480)	(20)
Vitta Corretora de Seguros Ltda. (controlador final comum)	(107)	(1.409)
STNE Participações S.A. (controlador direto comum)	(215)	—
Vitta Tecnologia em Saúde S.A. (controlador final comum)	(27)	(20)
MNLT Soluções de Pagamentos S.A. (controlada)	—	(32.007)
VHSYS Sistema de Gestão S.A. (controlador final comum)	—	(70)
Hiper Software S.A. (controlador final comum)	—	(42)
Vitta Saúde Administradora de Benefícios Ltda. (controlador final comum)	—	(10)
Obvio Brasil Software e Serviços S.A. (controlador final comum)	—	(10)
Valores a pagar a sociedades ligadas (Nota 19.3.1)	(177.151)	(51.301)

Stone Instituição de Pagamento S.A.

Notas explicativas

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)



Pagar.me Pagamentos S.A. (controlada)	(6.152.080)	(5.713.692)
Contas a pagar a estabelecimentos	(6.152.080)	(5.713.692)
Pagar.me Pagamentos S.A. (controlada)	(1.029.413)	(951.615)
Stone Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (controlada)	(341.507)	—
Stone Holding Instituições S.A. (controladora)	(122.933)	—
Linx Sistemas e Consultoria Ltda. (controlador final comum)	(81.481)	(35.862)
BUY4 Processamento de Pagamentos S.A. (controlador final comum)	(73.663)	(9.219)
Stone Cartões Instituição de Pagamento S.A. (controlada)	(49.659)	(43.628)
STNE Participações S.A. (controlador direto comum)	(42.048)	(191.164)
MNLT Soluções de Pagamentos S.A. (controlada)	(33.144)	(24.422)
TAG Tecnologia para o Sistema Financeiro S.A. (controlador final comum)	(23.713)	(69.200)
Linx Automotivo Ltda. (controlador final comum)	(23.041)	—
Stone Sociedade de Crédito Direto S.A. (controlada)	(23.026)	(43.786)
Stone Franchising Ltda. (controlador final comum)	(19.128)	(21.583)
Stone Logística Ltda. (controlador final comum)	(15.969)	(20.054)
STNE Investimentos S.A. (controlador final comum)	(11.686)	(30.162)
Linx Commerce Ltda. (controlador final comum)	(7.667)	—
Sponte Educação Ltda. (controlador final comum)	(8.444)	—
Linx Impulse Ltda. (controlador final comum)	(5.593)	—
DLPPar Participações S.A. (controlador final comum)	(4.278)	(4.242)
STNE Participações em Tecnologia S.A. (controlador final comum)	(3.860)	(12.951)
Linx S.A. (controlador final comum)	(3.832)	(7.497)
Linx Saúde Ltda.	(2.284)	—
Linx Pay Meios de Pagamentos Ltda. (controlador final comum)	(2.357)	(2.297)
Vitta Corretora de Seguros Ltda. (controlador final comum)	(1.600)	(820)
Linx Telecomunicações Ltda. (controlador final comum)	(1.580)	(12.760)
Stef S.A. (controlador final comum)	(1.459)	(1.457)
Vitta Serviços em Saúde Ltda. (controlador final comum)	(1.168)	(883)
Stone Seguros S.A. (controlador final comum)	(1.015)	(994)
Vitta Tecnologia em Saúde S.A. (controlador final comum)	(541)	—
Vitta Saúde Administradora de Benefícios Ltda. (controlador final comum)	(446)	(192)
Equals S.A. (controlador final comum)	(241)	—
VHSYS Sistema de Gestão S.A. (pessoal chave da administração comum)	(101)	(188)
Depósitos	(1.936.877)	(1.484.976)
Receitas	Exercício findo em 31/12/2024	Exercício findo em 31/12/2023
Pagar.me Pagamentos S.A. (controlada)	2.355.159	1.560.834
Stone Sociedade de Crédito Direto S.A. (controlada)	2.620	1.859
Stone Cartões Instituição de Pagamento S.A. (controlada)	160	—
Cappta S.A. (controlador final comum)	—	2
Total	2.357.939	1.562.695

Stone Instituição de Pagamento S.A.

Notas explicativas
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)



Despesas	Exercício findo em 31/12/2024	Exercício findo em 31/12/2023
BUY4 Processamento de Pagamentos S.A. (controlador final comum)	(459.523)	(161.339)
Stone Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (controlada)	(249.009)	—
Stone Logística Ltda. (controlador final comum)	(127.714)	(113.261)
Equals S.A. (controlador final comum)	(31.207)	(24.576)
Alpha Logo Serviços de Informática S.A. (controlador final comum)	(683)	(1.607)
Stone Sociedade de Crédito Direto S.A. (controlada)	(480)	(400)
Trinks Serviços de Internet S.A. (controlador final comum)	(207)	(1.180)
StoneCo Pagamentos UK Ltd. (controlador final comum)	(89)	(2.318)
RH Software S.A. (pessoal chave da administração comum)	(89)	(287)
APP Sistemas S.A. (pessoal chave da administração comum)	(53)	(134)
Cappta S.A. (controlador final comum)	—	(716)
Total	(869.054)	(305.818)

As transações com partes relacionadas foram contratadas a taxas compatíveis com as praticadas com terceiros, vigentes nas datas das transações, levando-se em consideração a redução de risco.

Principais operações com partes relacionadas:

Valores a receber de sociedades ligadas: Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os saldos referem-se substancialmente a rateios de despesas compartilhadas.

Obrigações vinculadas a sub-rogação: Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Stone SCD e o FIDC Tapso, pagaram antecipadamente os valores decorrentes das transações de pagamento realizadas pela Stone IP aos estabelecimentos comerciais usuário finais recebedores, e se sub-rogou em seus direitos, se tornando os novos credores da Stone IP.

(a) Mediante solicitação, a Stone SCD paga antecipadamente os valores decorrentes das transações de pagamento realizadas pela Stone Pagamentos ou pela Pagar.me Pagamentos S.A aos estabelecimentos comerciais usuários finais recebedores. O valor registrado refere-se à disponibilização de recurso pela Stone SCD para viabilizar a liquidação antecipada pela Stone IP ou Pagar.me, que atuam na qualidade de agentes de pagamento.

Contas a pagar a estabelecimentos: Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o saldo está composto por obrigações originadas em transações com cartões de débito e crédito, que foram capturadas pela Pagar.me. A atividade da Pagar.me consiste na prestação de serviço de subadquirência de estabelecimentos comerciais, com a Stone IP sendo o principal veículo de adquirência utilizado por ela.

Depósitos: Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os saldos referem-se a depósitos em contas de livre movimentação.

Receitas: Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, referem-se substancialmente a receita de juros de antecipação de recebíveis cobradas da Pagar.me.

Despesas: Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o montante está composto substancialmente pela prestação de serviços de processamento de transações e de uso licenças de softwares operacionais realizados pela BUY4 Processamento de Pagamentos S.A., serviços de armazenagem e triagem de equipamentos pela Stone Logística Ltda, despesas de juros pagos a Stone Sociedade de crédito, financiamento e investimento S.A. e software de gestão de recebimentos realizadas pela Equals S.A.

A remuneração global do pessoal-chave da Administração em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 66.841 (R\$ 51.032 em 31 de dezembro de 2023).

33. Pagamento baseado em ações

A Companhia possui planos de pagamento baseado em ações, segundo os quais a administração confere a empregados e outros provedores de serviços similares o direito de receber instrumentos patrimoniais (incluindo ações ou opções de ações) da StoneCo (negociadas com a sigla STNE na bolsa americana NASDAQ) como parte de seu plano de incentivo de longo prazo, quando atendidas as condições de aquisição de direito neles especificadas.

33.1 Políticas contábeis

As práticas contábeis utilizadas pela Companhia, no que tange ao reconhecimento dos planos de pagamento baseado em ações, estão de acordo com as normas adotadas no Brasil (CPC 10) e aprovadas pelo BACEN. O custo dessas transações, as quais são liquidadas em ações, é mensurado pelo valor justo na data da outorga e registrado como despesa, em contrapartida do patrimônio líquido, durante o período do serviço, ou na data da concessão, em caso de serviços passados.

O valor justo das Restricted Shares Units ("RSUs") é o valor de mercado do instrumento na data da outorga. Para opções e *Performance Shares Units* ("PSUs"), o valor justo é calculado utilizando o modelo de precificação *Black-Scholes-Merton*, considerando os termos e condições dos planos. A condição de desempenho e a quantidade de ações que se espera emitir são mensuradas com base em dados históricos e dados modificados, quando se espera que o futuro seja razoavelmente diferente do passado, entre outros fatores.

As duas principais variáveis do modelo foram (i) taxa de juros livre de risco e (ii) volatilidade anual, com base no preço histórico das ações da StoneCo e de players similares. A volatilidade esperada reflete a suposição de que a volatilidade histórica é indicativa de tendências futuras, mas que podem não ser necessariamente o resultado real.

33.2 Unidades de ações restritas

A Companhia outorgou RSUs e opções de ações, as quais, em sua maioria, estão condicionadas à permanência (condições de desempenho corporativo são aplicáveis a uma minoria), e habilitam o recebimento seguindo regras de período de aquisição de direito ("*vesting period*") estabelecidas e aplicadas de acordo com a política interna corporativa.

33.3 Unidade de ações de desempenho

Em 2022 a Companhia concedeu prêmios de PSUs, os quais deram aos beneficiários o direito de receber ações se o Grupo atingir níveis mínimos de Retorno Total ao Acionista ("RTA") para um período específico, as quais expiram se a referida condição de desempenho não for atendida. Assim como para RSUs, existem regras específicas de período de aquisição de direito para a habilitação do recebimento.

33.4 Movimentação de pagamento baseado em ações

As movimentações ocorridas de UARs e opções de ações são apresentadas abaixo:

Stone Instituição de Pagamento S.A.

Notas explicativas
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)



	RSUs	PSUs	Opções	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	6.871.276	2.890.840	25.572	9.787.688
Outorgadas	1.538.405	232.330	—	1.770.735
Emitidas	—	—	—	—
Transferências entre empresas do grupo	(1.432.691)	(1.155.226)	—	(2.587.917)
Canceladas	(1.488.653)	(93.406)	—	(1.582.059)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	5.488.337	1.874.538	25.572	7.388.447
Outorgadas	1.727.891	761.885	—	2.489.776
Emitidas	(579.698)	—	—	(579.698)
Transferências entre empresas do grupo	(620.893)	28.379	(1.386)	(593.900)
Canceladas	(338.998)	(144.590)	—	(483.588)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	5.676.639	2.520.212	24.186	8.221.037

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi reconhecida provisão em despesas de pessoal, incluindo encargos no valor de R\$ 183.464 (R\$ 154.435 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Stone IP registrou na reserva de capital o montante de R\$ 190.431 (R\$ 174.913 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023) para a distribuição de remuneração baseada em ações.

34. Gerenciamento de riscos

O gerenciamento de riscos é feito não a nível da entidade individual Stone IP, e sim a nível do conglomerado a qual ela pertence, junto de outras empresas do Grupo StoneCo ("Conglomerado Prudencial Stone").

A Stone IP, líder do Conglomerado, composto por suas controladas (Nota 14) e FIDCs (Nota 5.2), possui a Diretoria de Gestão de Riscos, unidade específica segregada das unidades de negócio e da unidade executora da atividade de auditoria interna, responsável pela atividade de gerenciamento de riscos e de capital.

Neste contexto, o Conglomerado Prudencial Stone possui a Norma de Gestão de Riscos e Capital para a Diretoria, que estabelece a governança a ser observada no gerenciamento de riscos e de capital, definindo estruturas e órgãos e suas respectivas atribuições. A governança é estabelecida de modo a atender aos requisitos regulatórios aplicáveis ao Conglomerado Prudencial Stone e a buscar eficiência na gestão de riscos e capital.

As atividades da Diretoria de Gestão de Riscos permitem a identificação, a mensuração, a avaliação, o monitoramento, o reporte, o controle e a mitigação dos efeitos adversos resultantes das interações entre os riscos financeiros, operacionais, sociais, ambientais, climáticos, entre outros. São adotados processos para rastreamento e reporte tempestivo de exceções às políticas de gerenciamento de riscos, aos limites e aos níveis de apetite por riscos fixados na RAS (*Risk Appetite Statement*).

Os tipos de risco e estruturas de gerenciamento podem ser assim resumidos:

34.1 Risco de mercado: é a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelo Conglomerado Prudencial Stone, e inclui o risco de taxa de juros, que é relacionado com a possibilidade de perda financeira resultantes de oscilação das taxas de juros de mercado, e o risco cambial, que é relacionado com a possibilidade de perdas financeiras resultantes de flutuação da taxa de câmbio. O Conglomerado Prudencial Stone realiza o gerenciamento de Risco de mercado por meio de política interna, a qual abrange processos que resultam em exposição ao Risco de mercado e define métricas e procedimentos para gerenciamento do risco de taxa de juros e do risco cambial.

34.2 Risco de liquidez: é o risco de o Conglomerado Prudencial Stone não ser capaz de honrar suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras sem afetar suas operações diárias e/ou sem incorrer em perdas significativas. Além disso, engloba ainda a possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade de mercado. Constitui, ainda, o risco de não ser capaz de converter moeda eletrônica em moeda física ou escritural no momento da solicitação do usuário. O Conglomerado Prudencial Stone realiza o gerenciamento de Risco de liquidez por meio de política interna, que inclui cenários de estresse.

34.3 Risco de crédito: é a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao: (i) não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados; (ii) desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador; (iii) reestruturação de instrumentos financeiros; ou (iv) custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos.

No contexto operacional do Conglomerado Prudencial Stone, o Risco de crédito corresponde à possibilidade de inadimplência dos clientes tomadores de recursos, dos bancos emissores de cartões, subcredenciadores e estabelecimentos comerciais. O Conglomerado Prudencial Stone dispõe de mecanismos para o monitoramento e mitigação do Risco de crédito para cada contraparte relacionada, realizando gestão ativa do portfólio nas visões de safra e carteira, bem como realizando monitoramento periódico da exposição junto aos emissores e subcredenciadores, além de estabelecer limites de crédito para cada estabelecimento comercial.

34.4 Risco operacional: é definido como a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas, incluindo o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição. Entre os eventos de Risco operacional, incluem-se: (i) fraudes internas; (ii) fraudes externas; (iii) demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho; (iv) práticas inadequadas relativas a usuários finais, clientes, produtos e serviços; (v) danos a ativos físicos próprios ou em uso pela instituição; (vi) situações que acarretem a interrupção das atividades da instituição ou a descontinuidade dos serviços prestados, incluindo o de pagamentos; (vii) falhas em sistemas, processos ou infraestrutura de tecnologia da informação (TI); (viii) falhas na execução, no cumprimento de prazos ou no gerenciamento das atividades da instituição, incluindo aquelas relacionadas aos arranjos de pagamento. A área de Risco operacional, que inclui Controles internos, tem como objetivo assegurar a existência e eficácia do ambiente de controle nas áreas de negócios e tecnologia da informação, por meio de programas de monitoramento e testes de controles internos. Além disso, são realizados procedimentos específicos relacionados à segurança da informação e continuidade de negócios, com avaliações dos processos críticos do Conglomerado Prudencial Stone.

34.5 Segurança da informação: Os principais riscos relacionados à segurança da informação estão associados à (i) indisponibilidade da infraestrutura e ao (ii) vazamento de dados sensíveis, incluindo credenciais de acesso de colaboradores e/ou clientes e informações relacionadas às transações de cartões de crédito.

O Conglomerado Prudencial Stone emprega as melhores práticas de Segurança da Informação (abrangendo pessoas, processos e tecnologias) e percebe a segurança como um pilar estratégico para a continuidade de sua operação.

O Conglomerado Prudencial Stone possui certificações de Segurança Internacionais que evidenciam o compromisso com o tema- ex.: PCI DSS (*Payment Card Industry Data Security Standard*) e ISO 27001.



34.6 Riscos de Fraude: A fraude é associada a práticas enganosas, ilegais ou desonestas com o intuito de obter vantagens financeiras indevidas. Os eventos associados ao tema são: (i) fraudes internas; (ii) fraudes externas. O processo de prevenção a fraudes engloba medidas, estratégias e sistemas desenvolvidos e implementados com o objetivo de prevenir, detectar ou minimizar atividades fraudulentas. Por meio de nossos processos e atividades de controles e monitoramentos contínuos, nossa missão principal é minimizar perdas financeiras provenientes de fraudes para o Conglomerado Prudencial Stone, assim como garantir que nossos clientes estejam cumprindo com as regras do mercado de pagamentos, de acordo como estipulado pelas Bandeiras e pelo BACENI do Brasil.

34.7 Política de Riscos Sociais, Ambientais e Climáticos: O Conglomerado Prudencial Stone considera os Riscos Social, Ambiental e Climático como parte integrante de sua gestão de riscos. Esses riscos estão relacionados a eventos que podem resultar em perdas relacionadas a condução dos negócios, atividades e processos do Conglomerado Prudencial Stone:

- Risco Social: Relaciona-se à possibilidade de perdas decorrentes de violações de direitos fundamentais ou atos prejudiciais ao interesse comum.
- Risco Ambiental: Refere-se à possibilidade de perdas causadas por eventos relacionados à degradação do meio ambiente, incluindo o uso excessivo de recursos naturais.
- Risco Climático: Envolve a possibilidade de perdas devido a eventos associados ao processo de transição para uma economia de baixo carbono e à possibilidade de ocorrência de perdas ocasionadas por eventos associados a intempéries frequentes e severas ou alterações ambientais de longo prazo, que possam ser relacionadas a mudanças em padrões climáticos.

Para gerir esses riscos, o Conglomerado Prudencial Stone adota sistemas, rotinas e procedimentos que têm como objetivo identificar, avaliar, mensurar, monitorar e mitigar seus efeitos. Periodicamente, são avaliados o impacto e a probabilidade dos riscos, bem como a mensuração das perdas e prejuízos decorrentes.

Ademais, o Conglomerado Prudencial Stone busca tomar decisões conscientes e responsáveis em sua cadeia de valor, equilibrando oportunidades de negócios com responsabilidade social, ambiental e climática, contribuindo para o desenvolvimento das regiões que atuamos. Além dos riscos citados, a área de gestão de riscos é responsável pela identificação das potenciais perdas decorrentes das interações entre eles, e pela gestão do capital regulatório.

34.8 Compliance: O time de Compliance conduz procedimentos relacionados ao gerenciamento do Risco de Conformidade de acordo com as definições e as orientações contidas na Política de Conformidade, fundamentada nos requisitos da Resolução BCB nº 65/21 e boas práticas de mercado. Neste contexto, o time monitora a aderência da instituição ao arcabouço regulatório, às recomendações dos órgãos de supervisão, bem como aos normativos internos do Conglomerado Prudencial Stone por meio das atividades de compliance assessments (testes de conformidade). Ademais, acompanha e monitora a resolução de eventuais descumprimentos legais e regulamentares apontados pela auditoria independente.

O time de Compliance é também responsável pelo Programa de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo, nos termos da Circular nº 3.978/20 e alterações, além de zelar pela gestão do Código de Conduta e Ética, bem como prestar suporte e atendimento ao Canal de Denúncias disponível através de canais internos e externos amplamente divulgados pela organização.